



REPÚBLICA DE CABO VERDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (P N A – E P T)



Praia, 25 de Outubro de 2002

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação para Todos decorre do Quadro de Acção de Dakar que fixa os grandes objectivos da educação para todos até 2015 e das opções políticas nacionais que conferem à educação de base um papel fundamental na promoção do desenvolvimento e como instrumento de integração e inclusão social.

Nesta óptica, o plano tem um carácter global, integrando as diferentes componentes do subsistema educativo, num todo articulado cujo objectivo final é o de elevar o nível cultural da população através da prestação de serviços educativos de qualidade.

O presente documento encontra-se estruturado da seguinte forma:

I Parte: Caracterização do país – Aspectos Físicos, Demográficos, Sociais e Económicos;

II Parte: Caracterização do Sistema Educativo: Organização e Estrutura, Indicadores do Sistema e Opções políticas

III: Balanço e Questões - Chave por Subsistemas: Pequena Infância, Ensino Básico e Alfabetização e Educação de Adultos

I.V. Parte: Opções Estratégicas Do Plano Nacional De Educação Para Todos: Quadro de Acção de Dakar, Opções Estratégicas Nacionais, Linhas de Acção, Sistema de Acompanhamento e Execução, Indicadores e Financiamento.

V. Plano de Acção por Subsistemas: Pequena Infância, Ensino Básico e Alfabetização e Educação de Adultos.

A metodologia utilizada para a preparação do documento de base baseou-se essencialmente: (i) na consulta dos documentos de base; (ii) na construção de indicadores; (iii) na análise de estudos e diagnósticos nacionais e internacionais; (iv) na auscultação dos intervenientes a nível dos serviços desconcentrados e autarquias; (v) na concertação sistemática com a coordenadora e equipa nacional EPT.

As contribuições resultantes das reuniões a nível central e do atelier de validação foram incorporadas no documento de base que constitui, efectivamente, o Plano Nacional de Educação para Todos.

I PARTE

1. CARACTERIZAÇÃO DE CABO VERDE



1.1 Aspectos físicos e demográficos

Situado no Atlântico, a cerca de 650 Km da costa oeste africana, o Arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas e oito ilhéus dispostos em dois grupos em função do seu posicionamento em relação aos ventos dominantes : o de Barlavento, constituído pelas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boa Vista e o de Sotavento, formado pelas ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava.

De origem vulcânica, a maior parte das ilhas são montanhosas e rochosas, exceptuando-se o Sal, a Boa Vista e o Maio, as três ilhas mais planas e mais próximas do continente africano.

A superfície total emersa do arquipélago é de 4033Km². O mar interior de Cabo Verde estende-se por uma área de cerca de 90.000 Km². Com a ZEE, a extensão disponível, território e mar, é estimada em cerca de 700.000 Km².

Localizado no prolongamento de uma vasta zona árida e semi-árida que atravessa o Continente Africano e fazendo parte integrante do Sahel, as condições climáticas de Cabo Verde, são do tipo tropical seco com persistentes períodos de seca prolongados, o que contribui para a redução dos recursos hídricos.

A cobertura vegetal é pobre devido aos efeitos conjugados do fraco nível de humidade, da erosão torrencial e também da acção do homem. Dos cerca de 403 mil hectares que constituem o território nacional, 54% do total são constituídos por terras incultas.

Esses factores, aliados à forte pressão demográfica, contribuem para a degradação sistemática do ambiente, criando uma situação de equilíbrio

ecológico precário com impacto negativo no desenvolvimento social sustentado do país.

Cabo Verde encontra-se no ponto de intercepção da rota que liga a África Ocidental aos Estados Unidos, ao Canadá e ao Caribe e sobre a rota de travessia entre a Europa do Norte ou o Mediterrâneo e o Brasil sendo esta localização de uma grande importância estratégica.

Segundo o Recenseamento Geral de População e Habitação (RGPH) realizado em Junho de 2000, a população residente era de cerca de 432 mil habitantes, sendo 52% do sexo feminino. A taxa de urbanização era de 54% (46% em 1990), concentrando-se 90% da população total em quatro das nove ilhas habitadas (Santiago, São Vicente, Santo Antão e Fogo), sendo $\frac{1}{4}$ na capital, Praia. A taxa média de crescimento anual foi de 2,4% no período 1990-2000, registando-se um aumento relativamente à década anterior (1,5%), devido à redução da emigração.

A população é essencialmente jovem, tendo 62% menos de 25 anos, o que contribui para uma forte pressão sobre os sistemas de educação, saúde, formação profissional e mercado de trabalho. No entanto, diversas modificações demográficas estão em curso, nomeadamente a redução da fecundidade, a redução da proporção de jovens e o aumento dos idosos comparativamente à década anterior.

1.2 Aspectos político-administrativos

Cabo Verde ascendeu à independência em 1975, sob a égide do PAIGC que conduziu os destinos do país até 1991, altura em que passou a vigorar, com a realização das primeiras eleições livres, um regime parlamentar e um sistema pluripartidário. Desde então, profundas mudanças têm sido registadas em termos de democratização, alternância política, exercício da cidadania, liberalização da economia, legislação, descentralização e envolvimento da sociedade civil. As últimas eleições (presidenciais e legislativas de 2001) reconduziram o PAICV ao poder.

A Assembleia Nacional é constituída pelo PAICV que detém a maioria com 40 lugares, o MPD com 30 lugares, o PCD e o PTS com um deputado cada um.

A estabilidade das políticas sociais constitui uma prioridade explicitada em todos os programas partidários e oficiais de Governo, tendo em conta o contexto cultural e sociológico. Existe um amplo e real consenso nacional, de forma mais ou menos explícita, em matéria de defesa e promoção dos direitos sociais da criança e da mulher.

A estabilidade social e política tem contribuído para um certo desenvolvimento económico. Sucessivos governos têm sido caracterizados por uma boa governação e uma gestão eficaz da Ajuda Pública ao

Desenvolvimento (APD), assegurando um bom nível de investimento no sector social (mais de 20% das despesas públicas anuais).

O país está dividido em 17 municípios dos quais 6 em Santiago, 3 em Santo Antão, 2 no Fogo, e 1 em cada uma das outras ilhas.

A descentralização foi iniciada em 1991 para acompanhar o processo de democratização. Os municípios são dotados de poder autónomo conferido pela Constituição da República, e actualmente passaram a desempenhar um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento local, nomeadamente através da cooperação bilateral e das geminações com municípios estrangeiros.

A participação cada vez mais afirmativa da sociedade civil é traduzida pelo número crescente de ONGs que desenvolvem actividades nas mais diversas áreas, particularmente na esfera social, na defesa e promoção dos direitos humanos.

1.3 Aspectos económicos

A economia cabo-verdiana possui fracas potencialidades produtivas, tendo apesar disso, realizado avanços no plano do desenvolvimento desde a sua ascensão à independência. O PIB aumentou de 6% na década de 80 e de 4,5% nos anos 90. Em 2000 o sector da agricultura e das pescas que cobrem mais de 60% da população representou apenas 10% do PIB, enquanto que os serviços contribuíram com 65%. Entretanto, a produtividade da economia cabo-verdiana permanece frágil por condicionantes de ordem estrutural como a fraca competitividade dos seus produtos, pelos fenómenos físicos e climáticos, aliás reflectida na incapacidade de gerar empregos, nas dificuldades estruturais ligadas à fraca capacidade de produção, à exiguidade do mercado e ao desequilíbrio do comércio externo. O excesso da procura em relação à produção interna é compensada pelas transferências líquidas do exterior, que representam 34,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

A evolução favorável dos principais indicadores sociais e macro-económicos colocou o país no grupo dos países de "Desenvolvimento Humano Médio", passando do 123º em 1995 para o 105º lugar em 2000, entre os 174 países analisados, com um PIB per capita estimado em cerca de 1.319 USD.

1.4 Aspectos sociais

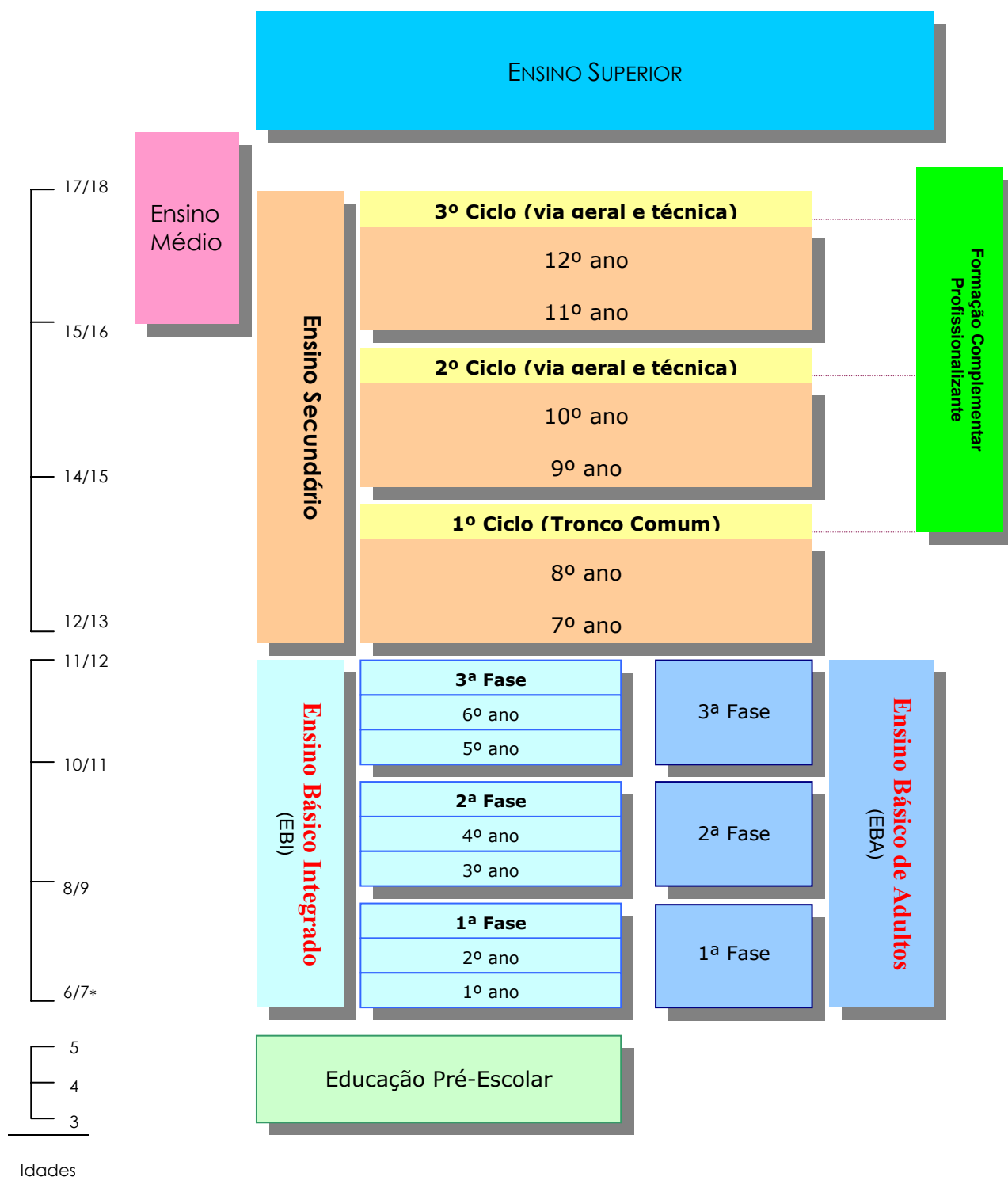
Os níveis de pobreza continuam elevados, com particular incidência nos meios rurais, reflectindo a fragilidade da economia cabo-verdiana. O desemprego, segundo os estudos efectuados, apoiados pelos inquéritos do consumo às famílias constitui um dos principais factores da pobreza do país. Segundo os dados provisórios do Inquérito sobre as Receitas e Despesas Familiares (IRDF), em curso, 29% da população é considerado pobre (41% no meio rural contra 21% nos meios urbanos) e 17%, muito pobre (14% em 1989). A pobreza atinge particularmente as famílias chefiadas por mulheres, 37% das quais são pobres e 22%, muito pobres.

O desemprego, um dos factores determinantes da pobreza, atinge principalmente os jovens entre os 15 e 25 anos e as mulheres que constituem, respectivamente, cerca de 48% e 68% dos desempregados. Entre 1990 e 2000, a taxa de desemprego passou de 25,2% para 17,4%, com maior incidência da redução nos homens.

Este panorama, desfavorável à mulher, afecta directamente a criança, agravando as suas condições de vida em todas as vertentes – saúde e nutrição, educação e desenvolvimento.

II PARTE

1. ORGANOGRAMA DO SISTEMA EDUCATIVO CABO-VERDIANO 2000/01



Elaboração: GEP-SIQE/PROME-F-MED

* Os alunos que frequentaram os dois últimos anos de Pré-Escolar podem matricular no EBI, desde que completem 6 anos de idade até 31 de Dezembro do ano de matrícula. Os que não frequentaram esse nível, só podem matricular no EBI com 7 anos.

2. – ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

O sistema educativo, de acordo com a Lei de Bases (Lei nº103/III/90 de 29 de Dezembro), compreende os subsistemas de educação pré-escolar, de educação escolar e de educação extra-escolar, complementados com actividades de animação cultural e desporto escolar numa perspectiva de integração.

A educação pré-escolar visa uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família, sendo a rede deste subsistema essencialmente da iniciativa das autarquias e de instituições oficiais, de entidades de direito privado, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas de acordo com as possibilidades existentes.

A educação escolar abrange os ensinos básico, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino.

O ensino básico abrange um total de seis anos de escolaridade, sendo organizado em três fases cada uma das quais com dois anos de duração. A primeira fase abrange actividades com finalidade propedêutica e de iniciação, a segunda de formação geral, visando a terceira o alargamento e o aprofundamento dos conteúdos em ordem a elevar o nível de instrução.

O ensino secundário visa possibilitar a aquisição das bases científico tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ingresso na vida activa e, em particular, permite pelas vias técnicas e artísticas a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho. Este nível de ensino tem a duração de seis anos , organizando-se em 3 ciclos de 2 anos cada: um 1ºciclo ou Tronco Comum; um 2º ciclo com uma via geral e uma via técnica; um 3º ciclo de especialização, quer para a via geral, quer para a via técnica;

O ensino médio tem natureza profissionalizante, visando a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento.

O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico e visando assegurar uma preparação científica, cultural e técnica, de nível superior que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomente o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

A educação extra-escolar desenvolve-se em dois níveis: a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós- alfabetização e outras acções de educação permanente, numa perspectiva de elevação do nível cultural; a aprendizagem e as acções de formação profissional, numa perspectiva de capacitação para o exercício de uma profissão.

A Lei de Bases prevê ainda as seguintes modalidades especiais de ensino: educação especial; educação para crianças sobredotadas; e ensino a distância.

2.1. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Na última década registou-se um crescimento acentuado da população em idade escolar [6-11] anos, com uma taxa média de crescimento anual de 2,96%. Este crescimento foi acompanhado no período entre 1985 e 1997 por uma forte expansão da escolaridade básica de 6 anos que se tornou obrigatória a partir de 1991.

2.1.1 Dados Demográficos

Quadro 1 – Dados Demográficos

	1980		1990		2000
População residente	270999		341491		43199
População com [0-2] anos	24337		26625		31694
[3-5] anos	27687		34293		35912
População em idade escolar					
[6] anos	9653		10618		12491
[6-11] anos	53068		57792		77422
[12-17] anos	42276		45694		68125
População com [15-49] anos	104111		139285		198645
[15 e +] anos.	142293		187968		249996

2.1.2 Evolução dos Efectivos

Dos cerca de 158.000 inscritos em 2000/01 nas diversas instituições educativas, 12,5% frequentava a Educação Pré-Escolar, 57% estava inscrita no Ensino Básico e 27,5% frequentava o Ensino Secundário.

No ensino pós-secundário estavam inscritos os restantes alunos (3% do total). Destes, cerca de 57% eram estudantes no estrangeiro e 26% frequentava cursos em instituições nacionais de formação de professores (IP e ISE).

Pelas tabelas apresentadas de seguida, verifica-se uma diminuição das taxas de analfabetismo que, segundo o censo de 2000, ainda atingem cerca de 25% da população com 15 e mais anos (se bem que, apenas 7,6% da população com [15-34] anos é considerada analfabeta).

Quadro 1.2 – Evolução dos efectivos

	80/81	85/86	90/91	97/98	00/01
Educação Pré-escolar			12484(*)	18227	19801
Ensino Básico (6 anos)	57044	58064	69823	91777	90640
Ensino Secundário (5/6 anos)	3246	5440	9586	31602	43384
Ensino Geral	2742	4979	8687	30166	42353
Ensino Técnico	504	461	899	1436	1031
Ensino Médio Superior					
Form Prof ED	134	126	138	496	582(**)
Form Prof ES			100	313	507(**)
Cursos Diversos				232	712(**)
Taxa de analfabetismo	48,8%	41,1%	38,0%	30,0%	25,0%

(*) – Dados referentes a 1993.

(**) – Dados provisórios de 2001/02.

Enquanto a Educação pré-escolar registava, na década de 90, taxas de crescimento médio anual da ordem dos 6,8% o Ensino Básico Integrado torna-se universal em meados desta década atingindo hoje taxas líquidas de escolarização de 96%. No primeiro quinquénio dos anos 90 foi efectuado um grande esforço, tanto na área das construções escolares, como na área da formação de professores, para se poder responder com alguma qualidade à enorme procura educativa que então se registava ao nível do Ensino Básico. A partir de 1998/99 os efectivos deste nível de ensino começam a estabilizar e mesmo a diminuir devido, certamente, à diminuição da taxa de natalidade, à melhoria das condições de ensino e, por conseguinte, à melhoria do aproveitamento escolar.

A expansão do EBI registada em meados da década de 90 vem provocar um forte aumento das frequências no Ensino Secundário (ES) a partir de 1997/98. A pressão sobre as poucas estruturas existentes neste nível de ensino, veio obrigar à elaboração de programas específicos de construções escolares e de adaptações que permitiram, em 10 anos, quadruplicar o número de edifícios escolares e quintuplicar o número de professores necessários.

2.1.3 Escolarização e Aproveitamento Escolar

Quadro 1.3 – Escolarização e aproveitamento

		80/81	85/86	90/91	97/98	00/01
Taxa de cobertura	PE			40,0%	49,0%	52,5%
Taxa líquida de escolarização	EB	72,6%	76,3%	89,0%	96,0%	96,0%
	ES	2,8%	5,3%	20,3%	45,8%	54,0%
Taxa de promoção	EB	63,8%	63,1%	73,6%	85,7%	
	ES	56,9%	57,9%	64,0%	67,0%	
Taxa de repetência	EB	29,5%	30,2%	18,0%	12,0%	
	ES	27,0%	28,0%	26,0%	22,0%	
% Inscritos do sexo feminino	PE				49,5%	50,7%
	EB			49,0%	49,0%	48,9%
	ES			49,0%	50,0%	51,0%

2.1.4 Evolução do Corpo Docente e das Instalações

A forte expansão do EBI e posteriormente do ES, não foi correspondida pelas políticas de formação que então se desenvolveram com o apoio das Escolas de Formação de Professores. Com efeito, verifica-se ainda hoje uma grande penúria

Quadro 1.4 - Evolução do corpo docente

		80/81	85/86	90/91	97/98	00/01
Professores em exercício	PE				617	799
	EB	1586	1787	2186	3219	3214
	ES	164	212	364	1372	1818
Monitores com Habilitação Adequada para PE					8,0	7,0
Monitores com Habilitação Adequada para todas as fases do EB				20,5	23,2	36,3
Professores com Habilitação Adequada para ES				65,0	63,0	58,6

Quadro 1.4 - Evolução nº de instalações escolares

		80/81	85/86	90/91	97/98	00/01
Número de Instituições Educativas	PE			203(*)	313	384
	EB	451	451	370	407	420
	ES	4	5	8	24	33
Número de salas de aula	PE					638
	EB	860	923	1156	1702	1796
	ES	68	94	145	499	654
% de salas em condições	PE				65,8%	66,1%
	EB	65,0%	74,0%	76,0%	77,0%	84,0%

de professores, quer para leccionar as 3 fases do ensino básico (apenas 36% possuía habilitações adequadas), quer no ensino secundário com a penas 59% de professores qualificados.

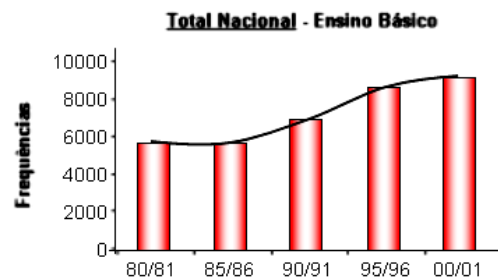
Com os quadros apresentados neste capítulo, pretende-se apenas aflorar as grandes questões que caracterizam os níveis educativos mais problemáticos e representativos.

O Ensino Básico obrigatório tem sido, ao longo das últimas décadas, a grande prioridade do sistema educativo. Em termos quantitativos este nível de ensino tornou-se, na realidade universal contribuindo por consequência para a redução do analfabetismo dos grupos etários mais jovens.

Se no período entre 1980 e 1995 as taxas médias de crescimento anual do Ensino Básico rondavam os 2,8%, no último quinquénio (entre 1995 e 2000), estas taxas de crescimento foram reduzidas para o nível dos 0,8%, registando-se em certos concelhos, como a Boa Vista, Brava, Ribeira Grande e mesmo S. Vicente, taxas negativas de crescimento médio anual.

2.1.5 Evolução da Frequência Escolar e Índice de Desenvolvimento EPT

Gráfico 1.1 - Evolução das Frequências do EBI



$$Cma_1 = 2,3\%; \quad Cma_2 = 0,8\%$$

Nota: Cma_1 - Taxa de crescimento médio anual para o período entre 1980 e 2000.

Cma_2 - Taxa de crescimento médio anual para o período entre 1995 e 2000.

Integrado no âmbito do Plano Nacional de Educação para Todos, efectuou-se um estudo para o Ensino Básico que caracteriza o *índice de desenvolvimento* da Educação para Todos e o *coeficiente de eficácia interna* para o EBI.

Para se analisar o **índice de desenvolvimento** da Educação para Todos (EPT), teve-se em conta:

a taxa aparente de admissão no 6º ano de escolaridade (92,8%);

o índice de paridade relacionado com a *taxa bruta de escolarização* (F/M) - 0,96;

a taxa de alfabetização para os indivíduos com 15 e + anos (75,0%).

Gráfico 1.8- Índice de desenvolvimento da EPT

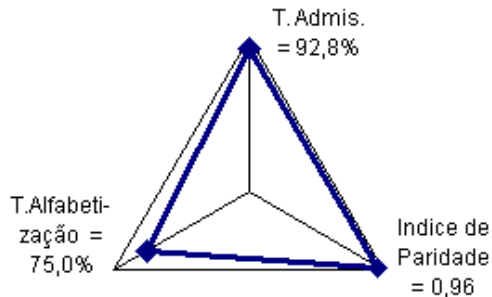
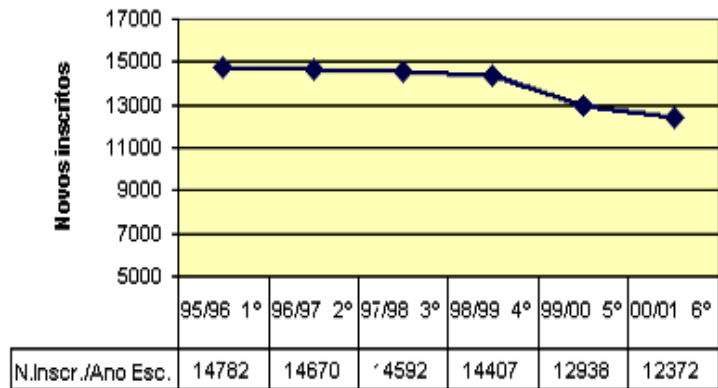


Gráfico 1.9 - Perfil de Escolarização



Explorando as coortes relativas à evolução dos 6 primeiros anos de escolaridade pode analisar-se, entre outros indicadores, o número de *anos-aluno* necessário para formar os respectivos graduados.

Com efeito, utilizando uma coorte teórica fundamentada na coorte real das frequências por ano lectivo, entre 1995 e 2001, obtiveram-se os seguintes resultados:

- . Ao longo do período em análise regista-se a graduação de **73%** dos ingressos.
 - dos graduados, **56%** concluem o EBI sem repetência, **32%** repetem um dos anos e **12%** repetem dois anos.
- . O investimento óptimo em *anos-aluno* é de: **$I_0 = 729 \times 6 = 4374$**
- . O investimento real em *anos-aluno* é de: **$I_r = 5991$**
- . O coeficiente de eficácia interna é de **$C_e = I_0 / I_r \times 100 = 73\%$**
- . A taxa de desperdício para esta coorte será de **27%**.
- . O Nº de *anos-aluno* por graduado **$N^{\circ}a-A/G = I_r / N^{\circ}G = 8,2$**
- . O número médio de anos para formar um graduado do EBI é de :

$$N^{\circ} a/G = [(G_1 \times 6) + (G_2 \times 7) + (G_3 \times 8)] / \text{Tot.}(G) = 6,56$$

Por último, a *esperança de vida escolar* (EVE) para uma criança que ingressava em 2000, com 6 anos, no 1º ano de escolaridade, era de **EVE = 11,8** anos.

Para além de se conhecer o coeficiente de eficácia interna (73%) e a consequente taxa de desperdício (27%), este método permite conhecer também, o número médio de anos que um aluno leva para completar o EBI (8,2 anos), bem como, o número médio de anos que os graduados do EBI levam para completar, com sucesso, este nível de ensino.

2.1.6 Evolução das Despesas com Educação

As despesas com a educação aumentaram, sobretudo, na década de 90, passando dos 13% do OGE, em 1990, para cerca de 20% em 2000.

No início da presente década, estimava-se que o Ministério da Educação gastava anualmente, com cada aluno do EBI, cerca de 19.500 ECV e que, com os alunos do Ensino Secundário, este valor chegava aos 50.400 ECV.

Quadro 1.6 – Despesas com a Educação

	1980	1985	1990	1997*	2000*
Peso das despesas c/ a Educação no PIB (%)	4,4	5,6	5,9	8,5	7,1
Peso das despesas c/ a Educação no OGE (%)	9,4	10,0	13,0	18,0	20,2
Custos Unitários em 2000** (10³ ECV)	Desp. Invest.		Desp. Funcion.		Desp. Total
Educação Pré-Escolar	-	5,4	5,4		5,4
Ensino Básico	3,1	16,4	19,5		19,5
Ensino Secundário	18,4	32,0	50,4		50,4
Ensino Médio	-	48,8	48,8**		48,8**
Ensino Superior	18,0	72,8	90,8**		90,8**

* - MFP/MED - Revisão da Despesa Pública Educação- 2000.

** - Não se incluem as despesas com Bolsas de Estudo

3 - POLÍTICA EDUCATIVA

A política educativa baseia-se nos princípios da qualidade, da equidade, da pertinência social e económica, da comparticipação das famílias nos custos e na gestão do sistema, da descentralização, das parcerias sociais e da promoção do ensino privado.

Com base nestes princípios, a política governamental visa os seguintes objectivos para a educação básica:

- melhorar e consolidar a educação pré-escolar, por forma a criar as condições para a sua generalização. O Estado continuará a apoiar a formação dos monitores e a assegurar a orientação pedagógica do sub-sistema de ensino pré-escolar;
- melhorar a qualidade pedagógica do ensino básico, a diminuição das assimetrias geográficas e sociais no acesso e, ainda, contemplar de modo integrado o desenvolvimento de atitudes, valores, comportamentos, capacidades, aptidões para além da aquisição de conhecimentos e técnicas;
- reforçar os apoios socioeducativos de forma a garantir uma real igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar, o que passa pela introdução de medidas de compensação da situação socioeconómica degradada das famílias de muitas crianças em idade escolar. Enquadrando-se numa política de generalização da educação de base e do reforço do ensino pré-escolar, a acção social escolar visa melhorar a qualidade do sistema educativo, aumentar a capacidade de aprendizagem dos estudantes e contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso dos alunos mais carênciados;
- elevar de forma durável do nível cultural e escolar da população adulta passando pela aposta na pós-alfabetização e na formação profissional potenciadora da inserção dos alfabetizados na vida social e económica, constituindo antes de mais, um contributo para a universalização da educação de base, articulando os conteúdos da aprendizagem escolar com a formação profissional e com a animação comunitária.

4. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO

4.1. Estruturas

A nível central compete à Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário, em colaboração estreita com a Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos, coordenar e monitorar todo o processo de implementação do Plano Nacional de

Educação para Todos promovendo a adopção de medidas tendentes ao envolvimento e participação de todos os intervenientes.

A nível local compete às estruturas desconcentradas coordenar a execução das acções em parceria com as autarquias, com as ONGs, associações comunitárias, entidades religiosas, salvaguardando a articulação com os projectos e programas que intervêm no âmbito do desenvolvimento social.

4.2. Instrumentos

Reuniões de coordenação e monitorização; visitas regulares ao terreno (de responsáveis dos serviços centrais e desconcentrados); elaboração de programas anuais de intervenção (propostas a nível local e homologação a nível central); relatórios trimestrais (das Escolas e Delegações) e anuais a nível central.

4.3. Indicadores de Verificação

Os indicadores de verificação devem ter em linha de conta as seguintes vertentes (i) beneficiários das acções em termos de grupos alvo, (ii) de regiões atingidas, (iii) parcerias envolvidas, (iv) participação das famílias, (iv) capacitação dos docentes, (v) construção e reabilitação da rede física, (vi) apoios sócio-educativos, (vii) evolução dos indicadores de acesso e participação, eficácia interna e externa e (viii) resultados dos testes da avaliação aferida.

5. FINANCIAMENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

No quadro dos compromissos a assumir pela comunidade internacional, o financiamento do PNEPT envolverá os organismos de cooperação multilateral, em particular, as agências das Nações Unidas, competindo a nível nacional a mobilização de parcerias estratégicas no quadro da cooperação bilateral e das ONGs e da comparticipação da sociedade nos custos e na gestão da educação de base.

III PARTE

BALANÇO E QUESTÕES CHAVE

1. PEQUENA INFÂNCIA

1.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

O Fórum Mundial sobre a Educação (Dakar, Abril 2000) foi convocado com o objectivo de avaliar o grau de cumprimento dos objectivos traçados em Jomptien, (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990) num contexto em que a humanidade passa por mutações profundas com repercussões nos sistemas políticos, económicos e sociais e, conseqüentemente no sistema educacional, introduzindo novas variáveis na definição dos objectivos de *educação para todos*.

A revolução das tecnologias de comunicação e de informação, a pandemia do HIV/SIDA com efeitos devastadores num grande número de países, as profundas desigualdades sociais, a nova realidade decorrente do fenómeno da globalização, constituíram, entre outros, temas de reflexão para o traçar de um novo quadro para a materialização dos objectivos preconizados em Jomptien, consentâneo com o novo figurino mundial.

O balanço da situação da educação para todos, realizado no ano 2000, constituiu um ponto de referência importante que permitiu avaliar os progressos realizados, as metas conseguidas, fornecendo desta forma contributos significativos para a elaboração de estratégias nacionais eficazes. Permitiu um conhecimento mais aprofundado da situação das necessidades educativas fundamentais, revitalizar os pontos frágeis e introduzir alterações nos quadros de acção, tendo em vista atingir as populações menos beneficiadas.

Destacam-se pela sua pertinência e oportunidade, os progressos realizados no tocante às actividades de protecção e despertar da pequena infância, sobretudo, no respeitante ao reconhecimento por parte dos governos e de diferentes instituições, da importância de uma intervenção precoce no desenvolvimento da criança. De uma forma geral, os países reforçaram a consciência do valor das actividades dirigidas à pequena infância, e estimularam a criação de programas susceptíveis de favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Entretanto, são raros os países que desenvolvem medidas tendentes ao bem-estar psicossocial ou de aprendizagem no decurso da faixa etária dos 0 aos 3 anos.

A tónica continua a ser posta na "pré-escolarização" coincidindo com a faixa etária dos 4 aos 6 anos e, particularmente, sobre o ano precedente à entrada na escola. Resulta, assim, que um fraco número de crianças com menos de 4 anos são abrangidas pelos programas de Educação para Todos, apesar do reconhecimento geral do papel desempenhado pelas actividades de despertar para o desenvolvimento da personalidade, para o desabrochar do sentido estético,

aquisição de habilidades intelectuais, motoras e psicomotoras. Isto implica encargos de ordem financeira, recursos materiais e humanos, que grande parte dos Estados não pode assumir.

Por razões que se prendem com a dificuldade de proceder à colecta e sistematização de dados, não foi possível avaliar o impacto dos programas a favor da pequena infância, em particular na faixa etária dos 0 aos 5 anos.

O Fórum reafirmou o princípio enunciado na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien,1990), que tem como quadro referencial a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Convenção sobre os Direitos da Criança, que consagra o direito que todas as pessoas - criança, adolescente ou adulto - têm de poder beneficiar de uma formação concebida para responder às suas necessidades educativas fundamentais, reforçando o conceito de educação para todos, adoptado em Jomtien, que ultrapassa a abordagem tradicional, ao integrar as actividades de despertar e de desenvolvimento da criança na educação básica.

O quadro de acção de Dakar definiu como um dos objectivos prioritários, a expansão das actividades de protecção e desenvolvimento da pequena infância, particularmente a favor das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas. Esse objectivo constitui o primeiro elemento da educação de base, que engloba toda a gama de actividades destinadas a permitir um crescimento saudável das crianças, de responder às necessidades do seu desenvolvimento do nascimento à idade dos 8 anos.

O breve percurso entre Jomtien e DaKar sobre a evolução da educação para Todos permite retirar elementos importantes que poderão contribuir para a construção de uma matriz referencial para a elaboração do plano nacional de acção para a pequena infância:

- O alargamento da base de conhecimentos científicos sobre as vantagens da educação precoce o que reforça a pertinência das actividades viradas para a pequena infância;
- Mudanças de atitude, expressas na tomada de consciência dos governos e das organizações da importância da protecção da pequena infância e da natureza do desenvolvimento da criança como um processo integrado;
- A necessidade de reforçar a coordenação intersectorial e interinstitucional através do desenvolvimento de programas transversais;
- A necessidade de se construírem parcerias centradas na criança.

1.2 CONTEXTO NACIONAL

Cabo Verde vem acompanhando, o movimento internacional de consciencialização sobre os efeitos benéficos de uma educação precoce, conforme comprovam actividades levadas a cabo, tendo como destinatárias as crianças, no quadro de programas de intervenção social da iniciativa de departamentos governamentais e organizações diversas da sociedade civil.

O efeito dessas actividades traduzem-se em avanços conseguidos em algumas áreas como a Saúde e a Educação, que nos coloca numa posição, um tanto ou quanto confortável, em relação a um grande número de países da nossa região, conforme expressam alguns indicadores constantes do balanço efectuado no quadro da Conferência Mundial a favor das Crianças (Quadro 1)

Quadro 1 - Situação do cumprimento das metas definidas na Cimeira Mundial para a Criança

Objectivos	Atingidos	Satisfatoriamente atingidos	Não atingidos
1.Redução de um terço da mortalidade infantil e a mortalidade das crianças com menos de 5 anos ou redução a 50 e 70/1000	+		
2. Reduzir a metade a taxa de mortalidade materna	+		
3. Reduzir para metade a malnutrição grave e moderada das crianças com menos de 5 anos			+
4. Acesso universal à água potável		+	
5. Acesso universal aos meios de saneamento e tratamento de excretas			+
6. Acesso universal à educação de base e conclusão do ensino primário	+		
7. Reduzir a taxa de analfabetismo dos adultos	+		
8.Melhorar a protecção das crianças que vivem em circunstâncias particularmente difíceis		+	
9. Conceder uma importância particular à saúde e nutrição das jovens		+	
10.Acesso dos casais às informações e serviços para prevenir a gravidez precoce		+	
11.Acesso de todas as mulheres grávidas aos cuidados pré-natal		+	
12.Reduzir a taxa de insuficiência de peso ao nascer			+
13.Reduzir a um terço, em relação a 1990, a proporção de mulheres sofrendo de anemia			+
14.Eliminar quase que totalmente os distúrbios provocados pela falta de iodo			+
15.Eliminar quase que totalmente a avitaminose A e seus efeitos, incluindo a cegueira			+
16.Permitir a todas as mulheres alimentar os seus filhos exclusivamente ao seio			+
17.Institucionalizar a promoção e a vigilância periódica do crescimento	+		
18.Promover o conhecimento dos meios do aumento da produção alimentar			+
19. Erradicar a poliomielite			+
20.Eliminar o tétano neo - natal			+
21. Reduzir em 95% as mortes provadas pelo sarampo e de 90% a incidência do sarampo	+		
22.Manter um nível elevado de vacinação		+	
23.Reduzir em 50% a mortalidade devida à diarreia nas crianças menores de 5 anos e de 25% a incidência da diarreia			+
24.Reduzir de um terço a mortalidade devida às infecções respiratórias agudas nas crianças com menos de 5 anos		+	
25.Eliminar a doença provocada pelo verme da Guiné (dracunculose) – não faz parte da epidemiologia de CV	-	-	-
26.Alargar as actividades de desenvolvimento da pequena infância			+
27.Permitir aos indivíduos e famílias aumentar os seus conhecimentos e competências	-	-	-

Em consonância com a importância que as instâncias internacionais vêm concedendo às crianças, Cabo Verde fez-se representar na Cimeira Mundial da Criança realizada em 1990 e na Conferência Internacional sobre a Assistência à Criança Africana em 1992, comprometendo-se a executar as recomendações formuladas nestes eventos, em particular as seguintes: i) mobilização de recursos financeiros; ii) elaboração do Plano Nacional de Acção para a Criança até ao ano 2000, incluindo os domínios da saúde, nutrição, educação, abastecimento de água e saneamento, protecção e defesa da criança; iii) a ratificação da Carta Africana dos Direitos e Bem – Estar da Criança.

Em 1995, de acordo com os compromissos assumidos a partir da Cimeira Mundial, foi realizado o Encontro Nacional da Política Social para a Infância e a Adolescência, tendo sido aprovada a Declaração Nacional, com a adesão das principais autoridades do país.

Em 1998, é aprovado o Relatório Inicial sobre o estado de aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança, cujos dados de maior relevância figuram no quadro 1.

Avanços significativos têm sido conseguidos em termos legais e em matéria de política social tendo como quadro referencial a Convenção dos Direitos da Criança (CDC).

A Constituição da República (revista em 1999) consagra uma importância primordial à criança, integrando no seu corpo os princípios contidos na CDC nas diferentes vertentes. De entre os diplomas aprovados convém realçar o Código de Família, o Código de Menores e as alterações ao Código do Processo Civil e ao Código Penal;

Não obstante os progressos registados, vários problemas persistem ainda, por razões várias, das quais destacamos: i) a pobreza estrutural do País que afecta cerca de 30% da população; ii) a ausência de uma política específica para o sector; iii) a inexistência de uma estrutura coordenadora para a pequena infância; iv) a falta de articulação entre as instituições; v) o baixo nível de instrução de muitas famílias o que contribui para agravar a situação da criança, por falta de conhecimentos sobre as suas necessidades e direitos; vi) fenómenos sociais recentes como a violência nas suas diversas formas (abusos físicos, sexuais e psicológicos) contra a mulher e a criança constitui um fenómeno comum a todas as sociedades, independentes do seu estágio de desenvolvimento e cultura que tem repercussões graves no desenvolvimento da criança e dos seus direitos; vii) os problemas decorrentes do HIV/SIDA, que provocam enormes custos sanitários económicos e sociais, contribuindo para o crescimento da mortalidade infantil, do aumento do número de órfãos afectando também a vida futura da criança; viii) o fraco nível de participação das famílias e comunidades bem como o não envolvimento das crianças no processo; e ix) a insuficiência de mecanismos para a aplicação e controlo das disposições legais.

A Mesa Redonda sobre a “Pequena Infância” organizada pela Associação dos Municípios de Santo Antão, por iniciativa do seu Presidente, em colaboração com o Ministério da Educação e Desportos e com o UNICEF, constitui um marco importante na abordagem dessa problemática, em termos conceptuais, metodológicos e operacionais, fornecendo subsídios importantes para o plano estratégico para o Plano Nacional de Educação para Todos.

Foram equacionadas as grandes questões estratégicas e propostos planos de acção específicos para as diferentes faixas etárias, com base numa visão multisectorial e multidisciplinar na análise dos problemas, facilitando dessa forma, a interiorização da Abordagem Integrada da Pequena Infância tendo como referencial « A Convenção dos Direitos da Criança»

A Mesa Redonda teve o mérito de chamar a atenção para as vantagens de se adoptar uma metodologia que conduza ao desenvolvimento integrado da criança, respeitando as necessidades específicas das diferentes etapas do desenvolvimento, através de uma acção coordenada a nível conceptual e operacional dos diferentes intervenientes no processo.

Tal como acontece em um grande número de países da nossa região, em Cabo Verde ainda prevalece a situação de identificar a pequena infância com o período da pré-escolarização, continuando a tónica a ser posta na faixa etária dos 4 - 6 anos, e em particular, sobre o ano precedente à entrada na escola primária. As actividades de despertar, para a faixa etária dos 0 aos 3 anos, não figuram nos planos nacionais de educação, organizados de acordo com os diferentes níveis de ensino que integram o sistema educativo.

1.3 Avaliação da situação da Pequena Infância

O facto da “Pequena Infância” se identificar normalmente com o período da pré-escolarização, explica de certo modo, a visão reducionista e a dispersão das diferentes intervenções, sem a coordenação desejável a nível institucional e dos programas de intervenção.

A realidade é que o desenvolvimento das 3 etapas da Pequena Infância se processa de forma desarticulada, em termos de políticas, da definição dos níveis de responsabilidade, da formação dos recursos humanos e do aproveitamento dos serviços básicos existentes ou previstos.

A inexistência de uma visão holística da criança constitui um forte constrangimento à eficácia das acções, a um maior envolvimento dos diferentes parceiros e a um maior e melhor aproveitamento de recursos. Várias intervenções têm sido realizadas a nível governamental com o apoio de organismos internacionais, organizações não governamentais, da comunidade, a favor da pequena infância, no sentido de procurar a satisfação das necessidades básicas, em função da faixa etária. O facto das intervenções terem geralmente carácter sectorial e não envolverem a criança na totalidade das suas necessidades e direitos, o fraco

envolvimento de todos os actores no processo, conduziram a um desfasamento entre resultados e investimentos, traduzido na persistência de problemas de certa acuidade em domínios importantes da vida da criança.

De acordo com os dados do quadro 2 o papel da família deverá ser preponderante nos cuidados a dispensar às crianças para a sua sobrevivência e para o seu desenvolvimento harmonioso.

No entanto, as condições específicas da sociedade cabo-verdiana, conduzem a uma situação de ausência da família, simultaneamente moral e física, por razões de vária ordem: pobreza estrutural, baixo nível de conhecimentos, famílias monoparentais, famílias difíceis (álcool, droga, violência, abuso sexual), qualidade da comunicação, relação família/profissionais dos diferentes serviços sociais, exercício da profissão, alteração profunda de normas familiares tradicionais...

De acordo com o estudo epidemiológico sobre a saúde (Ministério da Saúde/UNICEF:1996,vol.I), dois terços das crianças não são cuidadas pela mães e nas famílias menos favorecidas 25% de entre elas ficam sob a guarda de irmãos mais velhos.

O estudo, indica que em apenas 57% dos casos as mães das crianças estudadas viviam com o pai da criança. Esta situação afecta o desenvolvimento da criança em todas as vertentes.

A vertente protecção é assegurada, em princípio, pelas disposições legais existentes, mas por insuficiente regulamentação e falta de mecanismos que propiciem a sua aplicação, existe uma tendência para o aumento de casos de violência, de abusos sexuais e exploração do trabalho infantil que, com alguma frequência, permanecem impunes. A situação no concernente à protecção, não está suficientemente clarificada, por falta de dados sistematizados e divulgados pelos organismos competentes, relativos à violência e aos abusos sexuais praticados contra as crianças. No entanto, há indícios de práticas de violência contra a criança, na família e na escola (dados do estudo etnográfico sobre o quotidiano escolar - Ministério da Educação / UNICEF)

Essa dimensão tem avançado lentamente, sendo as acções de maior relevância, as diversas disposições legais tais como o Código de Menores, dispositivos sobre a educação especial contidos na Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei de Bases para os Portadores de Deficiências. De relevar iniciativas levadas a cabo a nível institucional, das comunidades, das organizações não governamentais com o objectivo de minorar os problemas das crianças da rua, de atender casos de crianças portadoras de deficiências e ainda casos de crianças em situação de risco. A esse propósito é de realçar o papel importante que os órgãos de Comunicação Social têm vindo a assumir, não apenas na sensibilização e informação dos problemas ligados à criança , na divulgação da Convenção dos Direitos da Criança, como também, na denúncia de casos de violência contra as crianças.

Para a faixa etária dos 0 aos 3 anos a vertente sobrevivência tem sido privilegiada através, de uma rede de estruturas de saúde em todos os concelhos e ilhas, que

garante a prestação dos cuidados básicos, a vigilância periódica do crescimento no primeiro ano de vida. A cobertura vacinal atinge valores satisfatórios, embora tenha sofrido uma redução que tende a ser compensada através de campanhas recentemente levadas a cabo.

Os resultados são expressos nalguns indicadores tais como : a taxa de mortalidade que sofreu uma forte redução entre 1990 e 1999, passando de 42 óbitos por mil para 29.1; a mortalidade materna sofreu durante o mesmo período uma redução de 105 por cem mil para 34.7 por cem mil.

No que diz respeito ao desabrochar de potencialidades constata-se que existem poucas instituições que cuidam do desenvolvimento das crianças na faixa etária dos 0 aos 3 anos de idade. Segundo dados do Ministério da Educação, apenas 673 crianças ou seja, 2,8% de todas as crianças atendidas, têm menos de 3 anos em creches privadas localizadas nos meios urbanos. Isto explica-se, em parte, por factores de ordem cultural, económica, sendo habitual que as crianças sejam cuidadas por familiares e/ou vizinhos. É muito comum, crianças dessa faixa etária estar sob os cuidados de outras crianças um pouco mais velhas, dada a inexistência de estruturas de acolhimento. Tal facto tem efeitos altamente negativos na saúde, nutrição e situações de risco que poderão originar.

As condições do País não favorecem a curto prazo, a criação de uma rede de creches nos moldes tradicionais. No entanto, várias alternativas podem ser analisadas para minorar os efeitos desse problema: a formação de amas, aproveitando, em certos casos, as respectivas residências, a implementação de um sistema de equipas móveis de jovens devidamente enquadrados, o apoio às famílias beneficiando das disponibilidades de programas e projectos levados a cabo por diversas instituições

Na faixa etária dos 3-6 anos a dimensão desenvolvimento é privilegiada em detrimento da dimensão sobrevivência, que é praticamente negligenciada, por razões várias das quais importa ressaltar: i) o afastamento das crianças dos centros de saúde terminado o calendário de vacinação; ii) o não envolvimento da família e da comunidade por falta de conhecimentos e de informação; iii) a falta de coordenação entre os serviços de Saúde e os da Educação.

A dimensão despertar/desenvolvimento é assegurada através de uma rede de jardins escolares que basicamente obedecem a três modelos: i) O modelo assistencial, prossequindo sobretudo objectivos sociais e preocupado com a resposta às necessidades das famílias e das crianças; ii) o modelo educacional centrado nas crianças prossequindo objectivos educacionais, de desenvolvimento e de preparação para a escolaridade futura; iii) o modelo misto que procura associar os objectivos sociais e educacionais.

Esta distinção é de certa forma artificial, por depender essencialmente das condições da oferta e não de propósitos previamente definidos, até por que na fase de vida correspondente á educação pré-escolar, há uma estreita ligação entre, por um lado, as necessidades e o bem-estar das crianças e, por outro, as necessidades e o bem-estar das famílias. Nas condições de Cabo Verde a educação pré-escolar

deve ser uma resposta simultaneamente social e educativa dependendo a melhoria da sua qualidade e credibilidade da complementaridade e coexistência dessas duas vertentes.

Num grande número de jardins a componente pedagógica é negligenciada ou não atinge os níveis desejados por razões várias das quais importa realçar: i) a não assunção por parte do Ministério da Educação desse nível de formação, situação esta que leva a que cada interveniente actue de forma indiscriminada, por falta de orientações pedagógicas e de normas claras de funcionamento; ii) a não clarificação entre as competências dos diferentes intervenientes, nomeadamente a nível do Poder Central e dos Municípios; iii) o crescimento da rede física sem obedecer aos requisitos mínimos de funcionalidade nomeadamente em termos de estrutura física, condições de higiene e saneamento; iv) a falta de recursos humanos qualificados e; v) a localização de jardins, ignorando as reais necessidades da comunidade, o que conduz, com alguma frequência, à situação de sub-aproveitamento de estruturas; vi) a coordenação insuficiente resultando uma situação de certa forma caótica em termos pedagógicos e de resultados; vii) a insuficiência de recursos financeiros e materiais para acompanhar e controlar as condições de funcionamento dos jardins; viii) a falta de condições materiais e financeiras para o adequado funcionamento das estruturas descentralizadas de coordenação do pré escolar; ix) o desfasamento entre as necessidades em quadros necessários e o perfil dos quadros formados; x) a inexistência de uma carreira profissional do pré-escolar.

1.4 Caracterização da Educação Pré-Escolar

A Educação pré-escolar caracterizava-se em 2000/01 por possuir uma rede de Jardins de Infância disseminada por todos os concelhos do país enquadrando cerca de 19800 crianças. A maioria destas crianças pertencia ao grupo etário dos [4-5] anos, atingindo-se uma taxa de escolarização, para as crianças com 4 anos, de 70,5%.

A gestão da Educação Pré-Escolar é efectuada, para a grande maioria das instituições pelas Câmaras Municipais (55%do total), pela OMCV (16%), pelas organizações religiosas (11%) e pelas entidades privadas (7,5%). As restantes entidades, como as ONG's, o ICS e a Cruz Vermelha gerem apenas 10,5% do total dos jardins de infância.

Nos últimos anos o sector tem sofrido alguma instabilidade com o termo da ajuda ao pré-escolar por parte de algumas ONG's e organizações de cooperação, passando a gestão de um grande número de jardins de infância para a alçada das Câmaras Municipais sem que para tanto tivessem sido tomadas as necessárias medidas de apoio.

No Quadro 2, apresenta-se um resumo da situação existente, a nível nacional, realçando-se a situação precária do corpo docente que não possui, na sua esmagadora maioria, habilitações adequadas para este nível educativo.

Quadro 2 – Principais Indicadores da Educação Pré-Escolar a nível nacional (2000/01)

<p>1. Cobertura Educativa</p> <p>1.1 Efectivos 19801</p> <p>1.2 Docentes 799</p> <p>1.3 Jardins 384</p> <p>1.4 Espaços ocupados 636</p>	
<p>2. Taxas da Educação Pré-Escolar</p> <p>2.1 Taxa de Cobertura (3-5) anos 55,1%</p> <p>2.2 Taxa de Cobertura com 5 anos 63,8%</p> <p>2.3 Taxa de Cobertura com 4 anos 70,5%</p>	
<p>3. Utilização dos Recursos Educativos</p> <p>3.1 Rácio Aluno/Educadora 25</p> <p>3.2 Rácio Aluno/Sala 31</p>	
<p>4. Caracterização dos Agentes Educativos</p> <p>4.1 Distribuição por sexos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Feminino 98,0% - Masculino 2,0% <p>4.2 Distribuição por categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educadoras 0,5% - Monitoras 6,5% - Orientadoras 93,0% 	

1.4.1 Acesso à Educação Pré-Escolar e Progressão no Sistema

As frequências deste nível educativo estão relacionadas com a população que habita em cada um dos concelhos. Nos dois maiores concelhos urbanos do país os seus Jardins de Infância eram frequentados por cerca de 39% do total de inscritos do pré-escolar.

A distribuição por sexo era bastante equitativa em todos os concelhos registando-se a nível nacional, para o sexo feminino, uma taxa de 50,7% em relação ao total de inscritos.

Se para o total do país as taxas brutas e líquidas de cobertura apresentam valores quase idênticos (entre os 52,5% e os 55,1%), assinalam-se no Quadro 2.1 algumas disparidades importantes ao nível dos concelhos.

Quadro 2.1 – Taxas de Cobertura na Educação Pré-Escolar

Concelhos	T _{BE} (%)	T _{LE} (%)			Género (%) - F
		[3 - 5]	[4]	[5]	
Boa Vista	91,4	83,5	98,5	71,7	48,9
Sal	87,5	81,2	98,1	83,9	49,7
Maio	77,3	76,1	89,2	74,1	51,0
S. Domingos	71,5	70,6	90,6	85,7	50,5
S. Miguel	66,8	63,4	81,1	86,4	53,1
Brava	65,6	65,6	94,7	78,1	51,2
Praia	63,2	56,6	65,7	65,3	49,9
S. Nicolau	60,2	56,6	69,7	58,8	48,2
S. Vicente	56,7	54,4	76,9	62,2	53,4
S. Filipe	51,8	51,7	81,5	64,3	50,1
Mosteiros	50,5	49,5	73,6	76,1	50,5
Porto Novo	49,4	49	62,6	54,9	52,0
Sta. Cruz	45,6	45,5	75,3	57,2	50,6
Ribeira Grande	43,4	43	53,5	65,6	51,2
Tarrafal	42,9	42,9	57,5	68,7	50,7
Paul	42,3	41,8	62,2	59,9	47,1
Sta. Catarina	39,7	38,5	59,3	45,9	49,7
Total no País	55,1	52,5	70,5	63,8	50,7

Para o grupo etário dos [3-5]anos a *taxa líquida de cobertura* situa-se acima dos 70% nos concelhos de Boa Vista, Sal, Maio e S. Domingos.

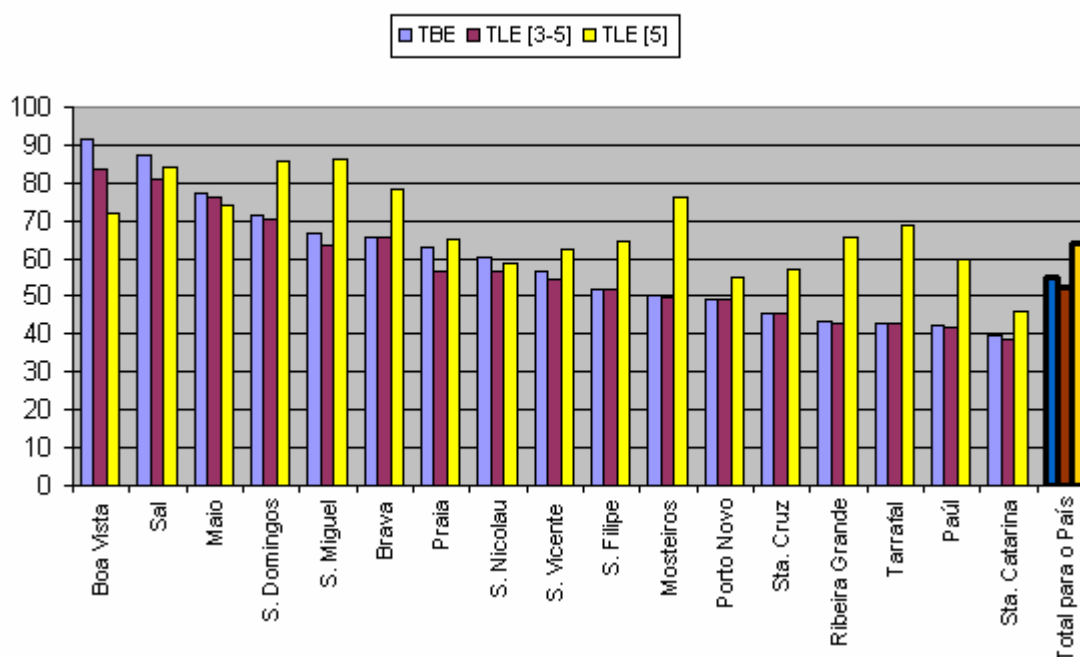
No pólo oposto, esta taxa que bem caracteriza a cobertura do sistema, não chega a atingir valores de 50% na maioria dos concelhos do interior de Santiago (Santa Catarina, Tarrafal e Santa Cruz), nos concelhos de Santo Antão (Paúl, Ribeira Grande e Porto Novo) e ainda no concelho dos Mosteiros no Fogo.

No Gráfico 2.1.1 apresenta-se esta distribuição, quer para as *taxas brutas (TBE)*, quer para as *taxas líquidas (TLE)*.

De referir que nos concelhos de S. Miguel, S. Domingos, Brava, Mosteiros, Tarrafal, e Ribeira Grande, as *taxas líquidas de cobertura* para a idade de [5] anos são superiores à média nacional e, por vezes, muito superiores às taxas de escolarização para o respectivo concelho.

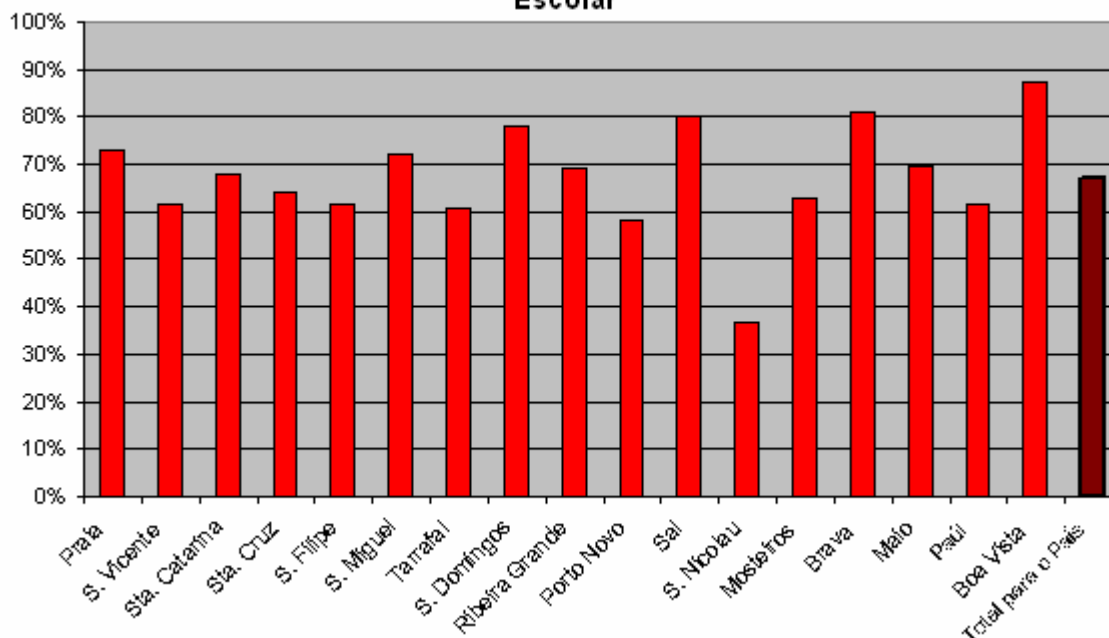
A possibilidade de ingresso no EBI com 6 anos desde que os alunos tenham frequentado o pré-escolar, poderá ser uma das justificações para esta situação.

Gráfico 2.1.1 - Taxas de Cobertura



Ao analisarmos a percentagem de alunos do 1º ano do EBI oriundos do Pré-Escolar verifica-se, com efeito, que os referidos concelhos (excepção para Tarrafal e Mosteiros) conseguem ombrear com os da Boa Vista, Sal, Maio e Praia que possuem os melhores indicadores no acesso à Educação Pré-Escolar.

Gráfico 2.1.2 - Percentagem de Alunos do 1º ano oriundos do Pré-Escolar



1.5 Constrangimentos existentes ao nível da Pequena Infância

A faixa dos 6 - 8 anos corresponde à primeira fase do ensino básico, constituindo um período de adaptação, seja para as crianças que saíram do pré-escolar, para

reforço dos conhecimentos, seja para as que não tiveram essa oportunidade e que beneficiando de acções integradas, poderão usufruir de maiores possibilidades de sucesso.

Corresponde a um período de muita importância na vida da criança por ser uma fase de aquisição e consolidação de conhecimentos, de hábitos e de valores, mas de transição brusca, principalmente para aqueles que não frequentaram o ensino pré-escolar. Se em termos quantitativos os objectivos da educação para todos foram atingidos, aos níveis da qualidade e do acesso registam-se ainda disfuncionamentos e assimetrias dos quais importa destacar:

- A desarticulação entre o pré -escolar e o ensino básico evidenciada por uma mudança brusca de conteúdos, de metodologias, de posturas e até do ambiente físico;
- A discrepância no que concerne à idade de ingresso no EBI – 6 anos para as crianças que frequentaram o pré- escolar e 7anos para as outras que não tiveram essa possibilidade;
- A insuficiente qualificação dos professores e a concentração dos professores mais qualificados nos meios urbanos;
- O problema da utilização da língua portuguesa, como língua primeira o que poderá estar na base, em certa medida, do insucesso escolar;
- A utilização de metodologias, muitas vezes, não propiciadoras do desenvolvimento da criatividade e da participação da criança;
- Sistema de avaliação não propiciador de um ensino de qualidade por favorecer a passagem automática;
- Sistema demasiado centralizador, não favorecendo o papel da escola como centro de comunicação e de adopção de comportamentos mais favoráveis sobre os direitos, o género, a saúde e a higiene;

Não há praticamente acções programadas no tocante à saúde incidindo as acções essencialmente no apoio às cantinas escolares e no controlo sanitário das cozinheiras.

Existe um índice bastante elevado de anemias e de outras doenças, na sequência do que se constata na faixa etária anterior. A reintrodução de uma refeição quente nas escolas do ensino básico, contribuirá para a melhoria do estado nutricional das crianças, e para a diminuição do abandono escolar.

Ainda no sector saúde há a referir as doenças de pele que afectam as crianças dessa idade, associadas muitas vezes à falta de água para a higiene pessoal e à situação deficitária do saneamento. Um outro problema que merece ser destacado diz respeito à saúde dentária, visto que nesta fase é preciso incutir

hábitos de higiene e acompanhar as mudanças que se processam nessas idades que, eventualmente, poderão ser acompanhadas de alguns riscos.

Em relação à protecção importa referir especialmente às seguintes situações:

- Riscos de acidentes, pelo que a escola, tem um papel importante, não apenas no aspecto preventivo, veiculando as informações necessárias, como na prestação dos primeiros socorros, o que implica poder dispor dos conhecimentos e recursos adequados.
- Trabalho infantil no campo ou em casa o que poderá constituir um risco para a saúde, um obstáculo ao sucesso escolar e favorecer a reprodução de comportamentos estereotipados a partir da divisão de tarefas, de acordo com o sexo.
- Crianças sem registo que deverão ser aceites na escola, devendo esta accionar os mecanismos próprios para a legalização da situação.
- Prática de violência física, de abusos sexuais, violência psicológica, que tem de ser combatida através de acção concertada a nível individual e institucional.

Os factores explicativos dos problemas que afectam a condição da criança cabo-verdiana, em particular na vertente desenvolvimento, são múltiplos, sendo de realçar os seguintes:

i) Situação socioeconómica

A situação de pobreza com maior incidência nos meios rurais, e nos agregados familiares chefiados por mulheres, conduz directamente a situações de risco em especial para as crianças – desnutrição, abandono escolar, violência, exploração, abandono das crianças a si próprias, transmissão de hábitos nocivos, trabalho infantil, enfim, leva à violação dos Direitos das Crianças. O combate à pobreza é também o combate a favor dos Direitos das Crianças. Fenómenos sociais recentes como a violência nas suas diversas formas (abusos físicos, sexuais e psicológicos) contra a mulher e a criança constitui um fenómeno comum a todas as sociedades, independentes do seu estágio de desenvolvimento e cultura que têm repercussões graves no desenvolvimento da criança e na salvaguarda dos seus direitos. Igualmente a epidemia de SIDA tem enormes custos sanitários económicos e sociais, contribuindo para o crescimento da mortalidade infantil, para o aumento do número de órfãos afectando;

ii) de natureza política

Inexistência de uma política global para a pequena infância e para a educação pré-escolar. Insuficiente articulação entre as políticas de Saúde e de Educação;

iii) de carácter institucional

Inexistência de um organismo coordenador da Pequena Infância;
Falta de articulação entre os diferentes departamentos e dos programas destinados às crianças; deficiente articulação entre a educação pré-escolar e o ensino básico; indefinição sobre as competências do MED, das Câmaras Municipais e dos restantes parceiros da Educação pré-escolar; assimetrias no acesso à educação pré-escolar; deficiente qualidade, por insuficiência de recursos, falta de pessoal qualificado, inadequação dos espaços físicos; rede de jardins caótica, insuficientemente integrados na realidade geográfica e social; deficientes mecanismos de acompanhamento pedagógico e do funcionamento dos jardins; carência de normas regulamentadoras da abertura e funcionamento dos jardins; insuficientes mecanismos ou dispositivos de detecção precoce e sistemática de crianças portadoras de deficiências; carência de instituições de acolhimento e fraqueza de meios para a sua inserção escolar e social;

iv) no domínio operacional

Deficiente animação comunitária, relativamente à importância dos cuidados a dispensar às crianças, à formação de agentes comunitários, a uma intervenção concertada junto das famílias, ao maior envolvimento na defesa da causa da criança; deficiências graves na gestão de um grande número de jardins de infância;

v) de carácter legislativo

Insuficiente regulamentação das disposições legais referentes a menores e de mecanismos eficazes para a sua aplicabilidade. Necessidade de revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, em termos de definição das responsabilidades do Ministério da Educação na educação pré - escolar, da sua integração no sistema educativo, da clarificação de competências dos intervenientes, em particular na transferência de responsabilidades e de recursos para os municípios da definição da carreira profissional, no estabelecimento do normativo regulador do funcionamento do pré-escolar;

vi) Inserção na realidade sociocultural

Insuficiente conhecimento da realidade social por falta de estudos de âmbito regional e ou local, por deficiência de dados estatísticos desagregados por concelhos, nos domínios do aleitamento, da nutrição, da incidência de determinadas patologias da cobertura das acções de despertar; deficiente conhecimento dos programas e serviços existentes a nível quantitativo, de abrangência e da qualidade destinados às crianças; desfasamento entre as intervenções e a realidade sociocultural;

vii) domínio da protecção

Falta de estruturas de acolhimento para as crianças cujas famílias não reúnem condições para lhes dispensar os cuidados requeridos;
 Insuficiência de mecanismos para o acompanhamento e apoio às famílias mais vulneráveis;

viii) Informação/divulgação / participação

Deficiente fluxo de informação com destino às famílias sobre questões importantes relativas aos direitos das crianças, à saúde, nutrição, ao saneamento à divulgação dos cuidados prestados pelos diferentes serviços e respectiva forma de acesso.
 Fraca capacidade dos jardins infantis de envolver a família e outros agentes educativos; insuficiente nível de instrução das famílias para acompanhar as actividades que envolvem as crianças; casos frequentes de demissão dos pais do seu papel e excessiva dependência das Câmaras e dos Serviços Centrais.

Por razões de carácter organizacional, a pequena infância, entre nós, está circunscrita aos dois primeiros ciclos, uma a vez que a faixa etária dos 6 aos 8 anos se integra no ensino básico, que apresenta problemas específicos. Assim a nossa análise fica limitada aos dois primeiros ciclos da pequena infância, isto é, às faixas etárias dos 0 aos 3 anos e dos 3 aos 5 anos

Referente aos dois ciclos referidos, a organização das estruturas de intervenção/acolhimento correspondentes às necessidades fundamentais da criança, processa-se sem interligações entre si, ou com articulação muito ténue, conforme pretende evidenciar o quadro seguinte:

Quadro 2.2 - Estruturas de intervenção

Faixa etária	Dimensões				Área prioritária
0 - 3 anos	Sobrevivência	Desenvolvimento	Protecção	Nutrição e Higiene	Saúde
	M.Saúde Família	Família; Inst. / Org.; Privados	Família; M. Justiça; ICM	Família; Inst. / Org.; Privados	
3- 6anos	Família M.Saúde	Estruturas P-E : CM; OMCV: ICS; CVCV; Org.Rel. Família;	Família; M. Justiça; ICM	Família; Inst. / Org.; Estruturas P-E	Desenvolvimento

O quadro 2.3, apresenta de forma sintética a situação da Pequena Infância evidenciando algumas fragilidade inerentes às condições específicas da sociedade cabo-verdiana e as respectivas repercussões nas diferentes faixas etárias.

Quadro 2.3

Pontos Fracos				
Pontos comuns	Saúde/ nutrição	proteccção	higiene	desenvolvimento
	Casos frequentes de doenças infecciosas , consequência das insuficientes condições de saneamento básico e qualidade da água e de hábitos culturais	Crianças sob os cuidados de outras crianças um pouco mais velhas, com todos os riscos inerentes;	Fraco nível de higiene individual, familiar comunitária	Fraca capacidade das famílias de acompanhar o desenvolvimento cognitivo afectivo e físico das crianças
	Fraco controle do crescimento /desenvolvimento, terminado o calendário da vacinação;	Situação de crianças órfãos, órfãos de sida e de outras situações, sem as necessárias condições de acolhimento	A situação no que diz respeito ao acesso à água potável e a estruturas básicas de saneamento caracterizada por grandes desequilíbrios regionais	Insuficiência quantitativa e qualitativa das estruturas físicas
	Prevalência de carências nutricionais	indícios de práticas de violência contra a criança,		Assimetrias sociais e de qualidade das estruturas de acolhimento
	Detecção tardia de crianças portadoras de deficiências	problemas de não registo das crianças,		Fraqueza do acompanhamento e da avaliação
		paternidade irresponsável		
		Insuficiente seguimento dos casos de adopção		
		Insuficientes mecanismos para a aplicação das disposições legais referentes a menores		

Quadro 2.3 (continuação)

Pontos Fracos específicos				
	Saúde/ nutrição	Proteccção	Higiene	Desenvolvimento
Faixa etária 0-3anoa	Diminuição da cobertura vacinal;			Dimensão negligenciada, salvo casos pontuais, cobrindo apenas 11% das crianças, dos centros urbanos
	Baixa taxa de aleitamento materno			
	Carências nutricionais das mães;			
Faixa etária 3-5noa	Não existência de um programa específico para essa faixa etária;	Insuficientes condições existentes nos jardins infantis; Insuficiente preparação dos monitores e orientadores	Insuficientes condições sanitárias de grande parte dos jardins de infância	Ausência de uma política para o pré-escolar; Assimetrias sociais no acesso à educação pré-escolar; Fraca qualidade : agentes educativos rede física, enquadadores, equipamentos, métodos e metodologias; curricula
	Frequência de doenças de pele relacionadas com problemas de falta de higiene			
	Prevalência de carências nutricionais			

Conclui-se da análise dos quadros que o atendimento de crianças menores de quatro anos se revela muito limitado, e que a cobertura dos jardins infantis atinge um número significativo de crianças, situando-se os grandes problemas na qualidade e nos desequilíbrios no acesso.

Em compensação, a dimensão saúde é privilegiada nos menores de 3 anos, enquanto que na faixa correspondente à pré-escolarização, não é contemplada de forma sistemática nem beneficia de programas específicos.

Estas duas dimensões, saúde e educação constituem os pontos fortes, (conforme evidencia o Quadro 2.4) respectivamente das faixas etária dos 0-3 anos e dos 3-5 anos, o que permitirá retirar benefícios das respectivas vantagens comparativas, por um melhor aproveitamento dos recursos, através de uma maior articulação interinstitucional e intersectorial.

Quadro 2.4

Pontos Fortes		
	Saúde/ nutrição	Desenvolvimento
Faixa etária dos 0-3anos	Rede de estruturas de saúde em todos os concelhos e ilhas, que garante a prestação dos cuidados básicos e a vigilância periódica do crescimento no primeiro ano de vida.	
	Valores satisfatórios da cobertura vacinal	
Faixa etária dos 3-6nos	Extensão do projecto PAM aos jardins infantis	Rede de cobertura dos jardins à volta dos 60%, abrangendo um total de 19.801 em 2000/01 com paridade entre os géneros.

Conjugando os dados disponíveis em vários estudos sobre a situação da criança cabo-verdiana, é possível equacionar os problemas prioritários, a partir da identificação das ameaças e oportunidades que se apresentam conforme evidencia o quadro 2.5.

Quadro 2.5

Ameaças	Oportunidades
Pobreza estrutural	Disposições legais avançadas
Desestruturação e disfunções familiares	Ratificação das principais convenções relativas às crianças
Baixo Nível de conhecimentos e de informação	Mobilização e envolvimento de instituições da sociedade civil para as questões relacionadas com os direitos das crianças;
Hábitos culturais inadequados	Ambiente internacional favorável a uma cooperação dinâmica nesta área
Situação da mulher e gravidez precoce	Descentralização e papel crescente dos municípios
Êxodo rural	Possibilidades de utilização das novas tecnologias de comunicação e de informação
Desemprego	Parcerias estratégicas aproveitando as oportunidades de geminação ao nível dos municípios
Fenómenos sociais recentes: HIV/SIDA, violência e exploração sexual, droga	Participação das comunidades emigradas
	Dinamismo sector privado

Quadro 2.6

Problemas	Linhas gerais para o desenvolvimento da pequena infância
1. Fragilidade das políticas	Definição de uma política para a pequena infância e para o pré-escolar : - Realizar estudos analíticos, num quadro integrado - Melhorar as estratégias de comunicação, de pressão, de promoção, através de actividades de IEC a favor da pequena infância - Criar um sistema de informações sobre a pequena infância; - definir as responsabilidades e competências dos diferentes intervenientes
2. Fraca coordenação institucional e sectorial	Criação de uma estrutura de coordenação inter institucional e inter sectorial para a pequena infância: - estabelecer o enquadramento legal e institucional; - definir normas de funcionamento das estruturas de atendimento; - estabelecer programas transversais - potencializar as estruturas e os quadros do pré-escolar
3. Deficiente enquadramento institucional da Educação Pré-Escolar	Definição das atribuições e competências dos Serviços Centrais e Regionais do MED: definir : - formar gestores e coordenadores - avaliar e monitorizar o sistema Definir as funções das equipas de coordenação pedagógica: apoiar o funcionamento dos jardins de infância e das estruturas de atendimento da pequena infância; formar quadros responsáveis pelos J.I e das estruturas de atendimento do primeiro ciclo da pequena infância; dinamizar as actividades de ligação ao meio.
4. Insuficiência do quadro legal	Regulamentar as disposições legais existentes: Definir normas precisas sobre a aplicação das disposições contidas na CDC Trabalhar em estreita colaboração com o Ministério da Justiça; Definir o enquadramento legal do Instituto da Criança
5. Insuficiência ou inadequada utilização dos recursos	Cooperação com promotores, parceiros sociais e ONG's: - Elaborar contratos programa para a consolidação do sistema - Reforçar parcerias para o alargamento do atendimento Apoiar o desenvolvimento dos recursos humanos, físicos e materiais Dinamizar a participação das famílias
6. Fraca capacidade de atendimento e assimetrias em termos sociais e de qualidade	Adoptar soluções alternativas e enraizadas no meio comunitário de com aproveitamento máximo das estruturas existentes, beneficiando as zonas mais desfavorecidas
7. Insuficiência qualitativa e quantitativa de agentes educativos	Elaborar e implementar um quadro de formação, e de aperfeiçoamento de quadros: definir um sistema de formação inicial, presencial e a distância; reorganizar a formação em exercício; dinamizar as reciclagem e o aperfeiçoamento dos agentes educativos;
8. inexistência de uma carreira profissional para os agentes educativos da pequena infância	Elaborar e regulamentar o Estatuto e Carreira Profissional dos trabalhadores da Pequena Infância: Definir regas de contratação dos agentes educativos; atribuir promoções e retribuições; estabelecer qualificações e funções.

Com base no diagnóstico efectuado, em que se analisou a situação da pequena infância, essencialmente na vertente desenvolvimento, complementado com as contribuições de diferentes intervenientes, estabeleceram-se as linhas gerais para o desenvolvimento da pequena infância, conforme mostra o quadro 2.6, na lógica de uma integração dos dois ciclos, tendo em vista o aproveitamento máximo dos recursos, a potencialização das intervenções e o início, através de uma programação conjunta, da utilização de novas metodologias de abordagem da problemática da pequena infância.

2. ENSINO BÁSICO

A evolução do ensino básico, em Cabo Verde, espelha melhorias significativas em termos da qualidade do ensino que se traduzem na melhoria dos principais indicadores de acesso, eficácia interna e de recursos.

2.1 Caracterização da situação no Ensino Básico

No que tange aos indicadores de acesso e participação no sistema educativo, nota-se a universalização do ensino básico obrigatório de seis anos, registando uma taxa líquida de escolarização na ordem dos 96% e a taxa bruta de 117%, (ii) o acesso quase igualitário de meninas e meninos, obtendo taxas de 49% e 51%, respectivamente, sendo o índice de paridade (F/M) em torno de 0,96.

Quadro 3 – Principais Indicadores do Ensino Básico a nível nacional (2000/01)

1. Cobertura Educativa 1.1 Efectivos 1.2 Docentes 1.3 Escolas 1.4 Salas ocupadas	90640 3214 420 1796
2. Taxas do Ensino Básico 2.1 Taxa Bruta de Escolarização 2.2 Taxa Líquida de Escolarização 2.3 Taxa Aparente de Admissão 2.4 Taxas de Transição entre o EB e o ES 2.5 Aproveitamento Escolar: - Taxa média de Promoção - Taxa média de Repetência - Taxa média de Abandono.	117,1% 96,0% 104,8% 70,0% 85,7% 12,0% 2,4%
3. Utilização dos Recursos Educativos 3.1 Rácio Aluno/Docente 3.2 Rácio Aluno/Turma 3.3 Rácio Aluno/Sala	28 28 50
4. Caracterização do Corpo Docente 4.1 Habilitações dos Docentes: - Suficientes para leccionar até ao 6º ano - Suficientes para leccionar até ao 4º ano - Sem Formação 4.2 Distribuição por sexos: - Feminino - Masculino	36,3% 33,4% 30,3% 63,9% 36,1%

Os indicadores de eficácia interna no EBI apontam para taxas satisfatórias de promoção, em média acima dos 86%, situando-se a taxa de transição para o ensino secundário na ordem dos 70%. As taxas médias de repetência rondam dos 12% e as de abandono os 2%.

Os indicadores de recursos apontam a existência de: (i) uma rede escolar abrangendo todas as localidades em todos os concelhos do país; (ii) o rácio professor/aluno é de 28, e o de aluno sala aproxima-se dos 50; (iii) persiste ainda uma percentagem significativa de professores sem qualificação pedagógica (30%), e apenas 36% dos docentes são qualificados para poderem leccionar até ao 6º ano de escolaridade; (iv) a maioria dos coordenadores e dos gestores de pólo não possui formação técnico-pedagógica para acompanhar, apoiar e agenciar intervenções conducentes à melhoria da qualidade das aprendizagens escolares.

O processo de democratização do acesso ao ensino básico nos anos 90 engendrou novos problemas que apontam para a existência de fragilidades que podem comprometer seriamente a qualidade da educação para todos, conforme preconizado pelas orientações políticas dos diferentes governos de Cabo Verde.

Os dados da avaliação aferida realizada pelo Instituto Pedagógico, em 1997/98, evidenciam que 61% das crianças no 4º ano de escolaridade apresentam dificuldades em produzir um texto com autonomia e criatividade. Relativamente ao desenvolvimento do raciocínio lógico matemático, 58% das crianças no 6º ano demonstravam dificuldades para resolver problemas que envolvem cálculo das áreas, onde se requer um certo grau de abstracção.¹ Esta tendência é corroborada pelos recentes estudos da equipa de Pesquisa Qualitativa do PROMEF que apontam para o facto de 56% das crianças do 6º ano apresentarem dificuldades na produção de textos e de 54% demonstrarem dificuldades nos domínios das proporções e resolução de problemas.²

Os estudos elaborados pela UNICEF sobre a qualidade da educação básica demonstram claramente que subsiste um desfasamento substancial entre o nível de preparação pedagógico dos professores e as exigências de uma aprendizagem de qualidade das crianças. Neste sentido, como constata o relatório sobre Dificuldades e Possibilidades dos Professores e dos Alunos no Processo de Ensino-Aprendizagem; "o ensino dos conteúdos, na maioria das aulas observadas, é marcado quase sempre por um ritual em que o silêncio, a submissão, a sacralização do saber e do professor, são os seus elementos constitutivos."³ Por outro lado, como aponta o referido relatório, "percebe-se que o impedimento maior, implícito nas opiniões dos professores, é a descrença na capacidade de aprender dos seus alunos, por serem eles oriundos de um meio sociocultural com poucos estímulos para uma boa aprendizagem".⁴

¹ C.f. Ministério da Educação. Avaliação do Rendimento Escolar no primeiro ano primeiro ano da generalização da reforma curricular do Ensino Básico.

² C.f. MED- PROMEF. Resultados Preliminares da Equipa sobre a Pesquisa Qualitativa, p.34

³ C.f. Programa de Cooperação 1995-1999 - Projecto do Ensino Básico: Dificuldades e Possibilidades dos Professores e dos Alunos no Processo de Ensino-Aprendizagem. Cabo Verde, 1999, p.15

⁴ . UNICEF. O Quotidiano e Educação: Os desafios da Escola em Cabo Verde, pp 64-67

Os resultados preliminares da Pesquisa Qualitativa corroboram estas indicações ao postular-se que, “a natureza do conhecimento que circula nas escolas, baseia-se fundamentalmente na distribuição de informação, em transmitir os conteúdos dos currículos aos alunos sem ter em conta a sua apropriação e o desenvolvimento das competências básicas necessárias para aprender a aprender permanentemente ao longo da vida. A essência criativa do conhecimento, a sua aplicação à vida real, a sua utilidade para o vivenciar nos contextos sociais e culturais onde estão imersas as escolas, é muito débil, e torna-se ainda mais fraco na medida em que se avança nos níveis de formação”⁵.

Com efeito, pode-se considerar que a prática quotidiana dos professores está aquém de possibilitar uma participação activa e criativa das crianças no processo de aprendizagem. Contrariamente, e no ardor do cumprimento do programa, o professor faz opção pelo controlo pedagógico que consiste em fazer do aluno um depositário do conhecimento.

Neste sentido, constata-se que apesar das conquistas alcançadas mediante o reforço da capacidade de formação dos professores e da melhoria dos recursos materiais e pedagógicos postos à disposição deste sub-sistema, a qualidade das aprendizagens fundamentais (lecto-escrita e de raciocínio lógico-matemático), encontra-se muito aquém do necessário para permitir uma adequada inserção na vida social à maioria das crianças.

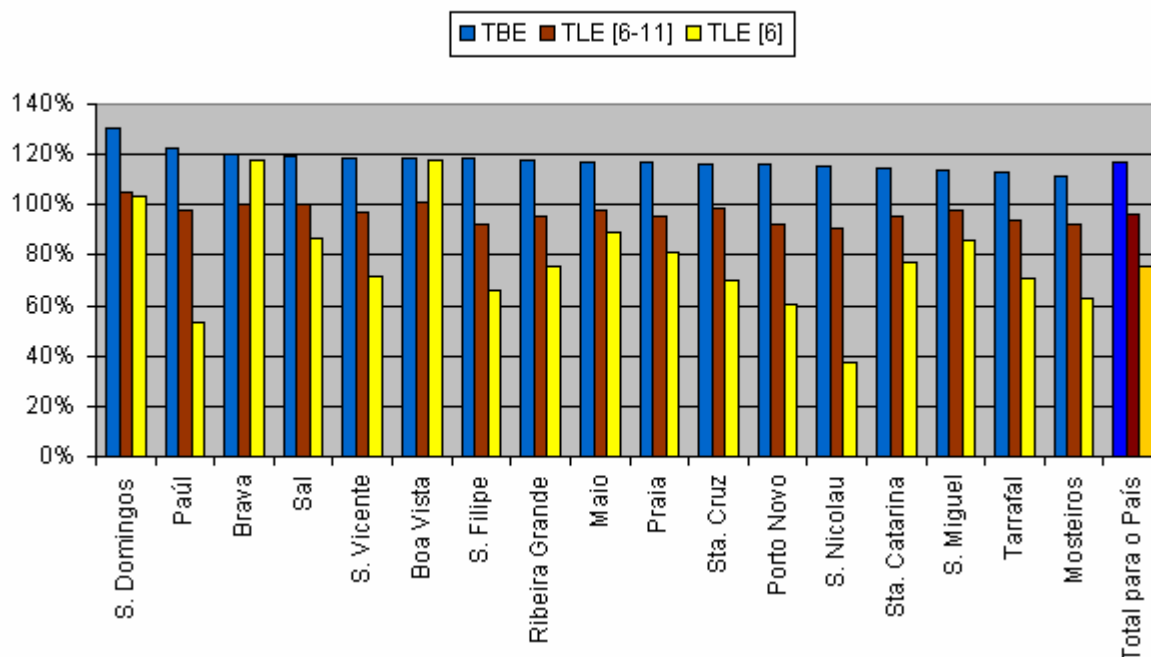
A escolarização básica obrigatória, apesar de atingir, a nível nacional, valores de 96% para a *taxa líquida de escolarização*, apresenta ainda alguma flutuação, sobretudo, para a idade de 6 anos.

Nos concelhos da Boa Vista, Brava e S. Domingos, estas taxas situam-se nitidamente acima dos valores médios nacionais, enquanto que nos concelhos de S. Nicolau, Paul, Porto Novo, Mosteiros e S. Filipe, estas taxas estão situadas abaixo do nível médio nacional.

No Gráfico 3.1 apresenta-se a distribuição por concelho, quer para as *taxas brutas (TBE)*, quer para as *taxas líquidas de escolarização (TLE)*.

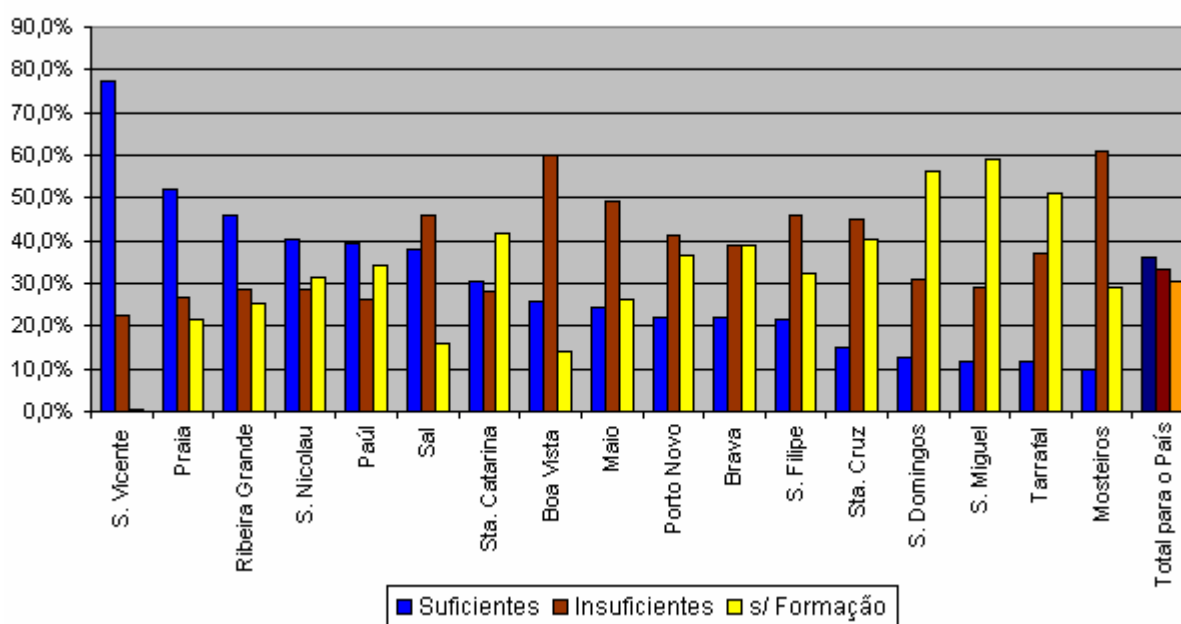
⁵ PROMEF. Pesquisa Qualitativa. Lições Aprendidas. In Relatório Preliminar, p.164

Gráfico 3.1 - Taxas de Escolarização - EBI



A análise da distribuição dos professores com qualificação pedagógica aponta para a existência de fortes assimetrias regionais, persistindo disparidades acentuadas na formação e na afectação de professores, sobretudo nos concelhos do interior de Santiago, Santo Antão e Fogo. Com efeito, se em S. Vicente 77% dos professores possuem qualificação pedagógica para leccionar os 6 anos de escolaridade obrigatória, nos concelhos de Mosteiros, Tarrafal, e S. Miguel estas taxas são inferiores a 15%.

Gráfico 3.2 – Habilitações dos Docentes - EBI



As assimetrias existentes na qualidade da oferta educativa são também motivadas, quer pela existência de um número razoável de salas alugadas ou cedidas sem o mínimo de condições, quer pela existência de turmas funcionando em regime de trespdobramento em concelhos onde a falta de salas de aula é ainda significativa

As escolas e os pólos educativos continuam a funcionar sem qualquer autonomia e a falta de articulação entre as dimensões pedagógica e administrativa inibe e bloqueia o desenvolvimento de projectos pedagógicos tendo em vista a melhoria da qualidade das aprendizagens das crianças. A gestão dos pólos não fomenta nem facilita o intercâmbio de experiências entre as escolas e o meio em que estão inseridas, não promove a procura de soluções inovadoras, nem proporciona uma participação efectiva dos pais e encarregados de educação.

2.2 Percepção dos diferentes actores sobre a situação actual do Ensino Básico

Durante o processo de auscultação realizado com representantes de todos os concelhos do país, os diferentes actores do sistema de ensino básico, nomeadamente os delegados da educação, os professores, os gestores, os pais e os representantes de alunos, assinalaram e discutiram os principais factores internos e externos que caracterizam o actual sistema. Com a exploração do método de SWOT, analisaram-se estes factores, agrupando-se os factores internos em torno de fraquezas a eliminar, ou a reduzir, e de forças a potencializar.

Quadro 3.1 FACTORES INTERNOS AO SISTEMA

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma percentagem significativa de professores sem formação pedagógica; • Falta de preparação pedagógica dos professores para gerir o actual sistema de avaliação por fases; • Dificuldades de aprendizagem das crianças nas áreas de língua portuguesa e matemática; • Mobilidade de professores intra e inter concelhos; • Persistência de escolas degradadas; • Gestores sem preparação nos domínios da animação pedagógica, administrativa e financeira; • Falta de preparação pedagógica dos coordenadores para o seguimento e apoio aos professores; • Falta de ligação escola comunidade que se traduz na baixa participação dos pais nas actividades da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • A universalização do acesso ao ensino; • A igualdade de acesso entre meninos e meninas; • Melhoria do nível de formação dos professores com a criação do Instituto Pedagógico; • A existência de manuais para os alunos e guias para os professores; • Criação de Pólos Educativos.

Relativamente aos factores externos ao sistema, os participantes apontaram cinco grandes ameaças a considerar e seis grandes oportunidades a aproveitar para a consolidação do EBI, conforme o Quadro 3.2 documenta.

Quadro 3.2 FACTORES EXTERNOS

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Índice elevado de pobreza, especialmente nas zonas rurais;• Desemprego elevado, nomeadamente na camada juvenil;• Falta de atracção nas zonas consideradas isoladas desmotivam os alunos e professores;	<ul style="list-style-type: none">• Disponibilidade e engajamento dos parceiros externos e internos em investir na educação;• Existência de boas relações com as Câmaras Municipais, e Polícia de Ordem Pública;• Valorização da educação pelas famílias;• Melhoria da qualidade de vida das populações;• Maior acesso às informações através da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação.

Numa apreciação mais acurada sobre a evolução ensino básico em Cabo Verde, 10 anos após Jomptien, denota-se que não obstante as conquistas substanciais, persistem fragilidades que requerem a adopção de estratégias de natureza qualitativa e que se prendem com (i) a formação de professores; (ii) a pertinência das aprendizagens de base (lecto - escrita e matemática); (iii) o sistema de gestão da avaliação por fases ; (iv) a gestão e avaliação das escolas pólos; (v) o apoio e seguimento pedagógico a nível de concelho; (vi) a disponibilidade dos recursos pedagógicos; (vii) as parcerias entre a escola e a comunidade; (viii) os apoios sócio-educativos.

Por outro lado, uma análise mais atenta da eficácia externa da educação de base, constata-se uma estreita relação entre o nível de educação e o desenvolvimento social das famílias. Nessa perspectiva, “a educação é tida como principal factor determinante da pobreza e também como porta de saída para a pobreza. Os indicadores de pobreza indicam uma forte correlação entre o nível de instrução e a pobreza. A probabilidade de ser pobre aumenta numa relação inversa com o nível de instrução. A incidência da pobreza reduz-se de metade quando se passa da população analfabeta para a população com nível de instrução primária. O nível de educação determina o tamanho das famílias. Quanto menor for o nível de instrução, maior é a probabilidade de ser pobre.”⁶

3. ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A Alfabetização e Educação de Adultos é entendida como um meio de participação na conjuntura social, económica, política e cultural do país. Isto é, como um conjunto de acções a definir com as comunidades, com vista a responder aos problemas que as preocupam quotidianamente e que poderão variar, desde a

⁶ Ministério das Finanças e Planeamento. 2002. Documento Estratégico da Redução da Pobreza (Intermédio), pp.18-19.

aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, passando pela aquisição de conhecimentos básicos sobre a gestão de actividades geradoras de rendimento.

A Conferência Mundial de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo, em 1997, considerou a educação de adultos como "a chave que abre as portas do século XXI". Considerou ainda que a educação de adultos deve estar enquadrada no contexto de uma educação moderna, multifacetada e permanente, adequada às rápidas transformações que o mundo está sujeito.

Assim, de caris fortemente democrático, a educação de adultos deve :

- promover a participação comunitária;
- lutar contra toda e qualquer forma de discriminação nas sociedades;
- promover uma cultura de paz, de diálogo intercultural e de defesa dos direitos do ser humano;
- desenvolver no seio da sociedade civil uma postura activa e favorável à preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento auto - sustentado e à solidariedade e cooperação internacional;
- promover o direito ao trabalho, à formação profissional e à igualdade de oportunidades entre os sexos;
- estar virada para questões relacionadas com a problemática da família, da saúde e da população.

Na verdade, no actual contexto de globalização, o investimento a nível dos recursos humanos é fundamental para qualquer país. É nessa perspectiva que, no quadro da elaboração do *Plano Nacional de Educação para Todos* se deve potencializar a universalização da educação adultos, de forma a que todos possam ter uma educação de base que permita uma participação mais dinâmica no processo de desenvolvimento do país, evitando a exclusão, como forma de combater a pobreza e promover a solidariedade social.

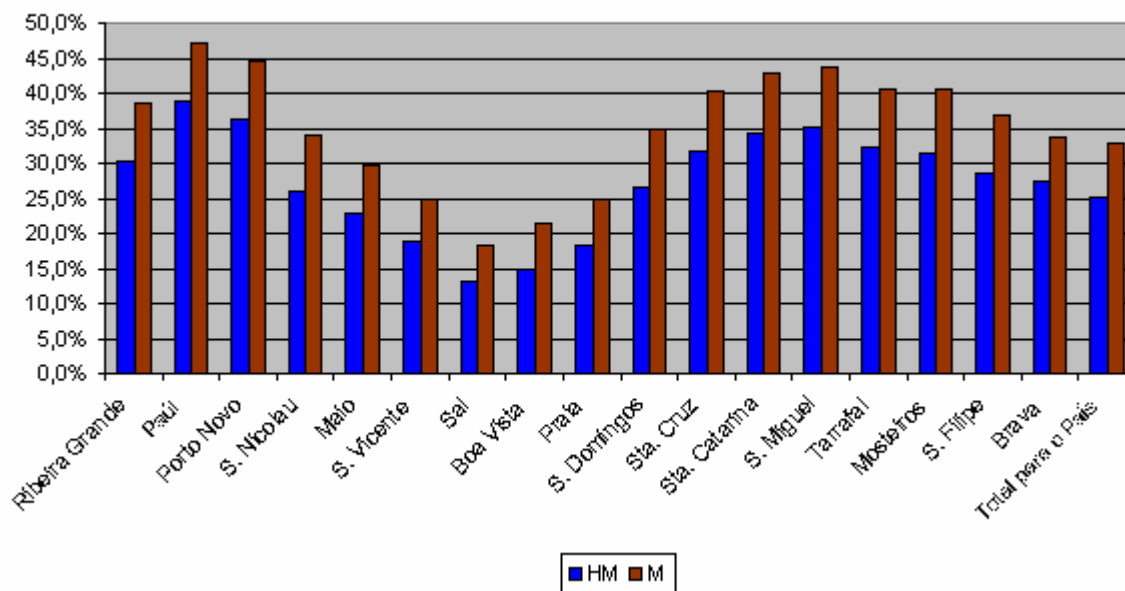
3.1 Caracterização da Alfabetização e Educação de Adultos

A evolução da Alfabetização e Educação de Adultos em Cabo Verde representa, em termos qualitativos, melhorias significativas dos indicadores de desenvolvimento do país (demografia, saúde e educação).

Em termos quantitativos, de 1975 a 2000 foram alfabetizadas 41.661 pessoas na 1ª fase e 29.887 na 2ª fase. Cerca de 4.795 jovens e adultos terminaram a 3ª fase que só se iniciou a nível nacional em 1997/98. Assim, a taxa do analfabetismo passou de 61,3% na população dos 15 e mais anos, em 1975, para cerca de 25,2% em 2000, com uma redução para 7,6% na população dos 15 aos 34 anos, considerada nos últimos anos faixa etária prioritária.

No Gráfico 4 apresenta-se uma distribuição da população analfabeta por concelho, verificando-se que as taxas mais elevadas de analfabetismo se encontram nos concelhos do interior de Santiago, em Santo Antão e no Fogo.

Gráfico 4 - Distribuição da População Analfabeta



Por outro lado, cerca de 6000 formandos frequentaram com sucesso as actividades de formação profissional de base e mais de 150.000 presenças foram registadas nas actividades de animação comunitária.

As bibliotecas móveis que começaram a ser implementadas através de uma experiência piloto na Praia no ano de 1995, cobrem actualmente os seis concelhos de Santiago, três de S. Antão, dois do Fogo e um de S. Nicolau e contam com cerca de 20.000 inscritos e 239.439 requisições. Estas bibliotecas percorrem 75 itinerários e 179 localidades rurais.

O Plano Curricular da Educação Básica de Adultos, cujo objectivo é a universalização da educação de base de jovens e de adultos, é equivalente aos 6 anos de escolaridade obrigatória e é algo mais que a simples alfabetização. Este Plano Curricular perspectiva a integração das actividades de alfabetização e educação de adultos no contexto do desenvolvimento local e comunitário e procura, na medida do possível, a articulação da formação académica com a formação profissional de base. Trata-se de uma proposta curricular para a alfabetização e educação de adultos flexível, podendo adaptar-se às necessidades dos formandos em cada ilha ou concelho. Neste âmbito, a alfabetização e educação de adultos é equiparada à educação de base formal, com possibilidades de progressão e passagem para o subsistema escolar e vice-versa.

Decorrente do Plano Curricular e inserido no contexto da realidade cabo-verdiana, foram elaborados programas, manuais e guias, por técnicos nacionais que já foram experimentados, adaptados e generalizados.

Na perspectiva de elevação da escolaridade básica obrigatória, foram desenvolvidos em vários concelhos do país experiências, a nível do tronco comum do Ensino Secundário (7º e 8º anos de escolaridade), para adultos que terminaram a 3ª fase do Ensino Básico por forma a que se possa adaptar a proposta curricular do ensino de adultos às novas exigências, quer do mercado, quer dos intervenientes directos no processo educativo.

A alfabetização e educação de adultos é assegurada, a nível do país, por um corpo de animadores possuindo quase todos a 1ª fase de formação em exercício e 1/3 possui a 2ª fase, considerada formação adequada para se trabalhar com a 3ª fase do ensino básico de adultos. Estes animadores dispõem de uma carreira com reconhecimento social e legal, integrada no Estatuto do Pessoal Docente.

3.2 Constrangimentos ao desenvolvimento da Alfabetização

Não obstante os ganhos substanciais obtidos a nível da alfabetização e educação de adultos, prevalecem ainda alguns constrangimentos e factores críticos, que merecem ser levados em consideração no Plano Nacional de Educação para Todos :

- Existência de uma taxa de analfabetismo relativamente elevada na faixa etária dos 15 e mais anos, com valores significativos para a população dos 35 aos 49 anos (32,8%), uma enorme desigualdade social e uma acentuada disparidade geográfica ;
- Agravamento da situação socio-económica e do conseqüente aumento da população mais desfavorecidas, exigindo uma alfabetização socialmente útil e orientada para a resolução dos problemas que as populações enfrentam.
- Falta de articulação entre a Direcção Geral da Alfabetização e Educação de Adultos e a Direcção Geral de Ensino Básico e Secundário por forma a poder assegurar-se o acompanhamento de adolescentes que se situam na faixa etária dos 13 e 14 anos (zona de sombra) e que, por razões diversas, são excluídos do subsistema formal de ensino.
- Fraca assunção política da problemática da alfabetização e educação de adultos, enquanto factor de desenvolvimento cultural, social, económico e político, com repercussões no nível de participação das populações no processo de democratização do país através do exercício de uma cidadania esclarecida.

3.3 Percepção dos diferentes actores sobre a situação actual da Alfabetização e Educação de Adultos

Apresenta-se de seguida de forma sintética a situação da Alfabetização e Educação de Adultos, evidenciando as principais fragilidades internas e externas do sistema e as potencialidades e expectativas que se deparam para o seu desenvolvimento.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Educação básica de adultos possuindo um Plano Curricular experimentado e universal; Existência de um corpo de animadores com formação e estatuto profissional reconhecido; Experiência de implementação de programas de alfabetização socialmente úteis (formação profissional de base, animação comunitária e animação para a leitura); Experiência de ensino a distância com utilização da metodologia ECCA (Rádio das Canárias). 	<ul style="list-style-type: none"> Difícil situação financeira do sub-sistema; Taxa de analfabetismo elevada na faixa dos 35 aos 49 anos; Fraca assunção da alfabetização pelo sector público e privado; Fraca articulação entre os subsistemas de ensino; Desistência e abandono escolar sobretudo nos centros urbanos e zonas pesqueiras.

Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> Elevado índice de pobreza das populações; Fraca expectativa em relação à alfabetização e à melhoria das condições de vida; Exclusão social acentuada devido ao consumo de álcool; Fraca propensão de instituições públicas e privadas para as políticas de promoção do trabalhador. 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade e engajamento de novos parceiros; Diversificação de abordagens educativas; Exigência de mais qualificação profissional para o mercado de trabalho; Elevada taxa de cobertura do ensino básico.

IV PARTE

OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

1 - Quadro de Acção de Dakar

O Quadro de Acção de Dakar desenvolve as grandes temáticas de Jomptien e, com base no balanço dos resultados alcançados e dos constrangimentos identificados, propõe os seguintes objectivos :

- i) Desenvolver e melhorar a protecção e a educação da pequena infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.
- ii) Assegurar que até 2015 todas as crianças e, sobretudo as meninas e as crianças em situação difícil e pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a um ensino primário gratuito e obrigatório de qualidade e o concluam;
- iii) Responder às necessidades educativas de todos os jovens e adultos, assegurando-lhes o acesso equitativo a programas adequados de aprendizagem para a inserção na vida activa;
- iv) Aumentar em 50%, até ao ano 2015, o número de adultos alfabetizados, em particular mulheres, facilitando a todos os adultos, um acesso equitativo à educação básica e à educação permanente;
- v) Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, até ao ano 2015 e alcançar, antes de 2015 a igualdade entre os sexos na educação, garantindo às meninas um acesso pleno e equitativo a uma educação básica de qualidade, com as mesmas possibilidades de sucesso;
- vi) Melhorar todos os aspectos qualitativos da educação, garantindo resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis, especialmente em leitura, escrita, cálculo e habilidades práticas essenciais para a vida.

2 – Orientações Estratégicas Nacionais

Estes objectivos são em larga medida absorvidos no Plano Nacional de Educação para Todos que incorpora as orientações políticas contidas nas Grandes Opções do Plano, consubstanciadas no Programa do Governo para a VI legislatura (2001-2005) e no Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2005). Na decorrência desses referenciais adopta como orientações estratégicas as seguintes:

- consolidar e melhorar a qualidade da educação pré-escolar, por forma a criar condições para a sua generalização progressiva;
- corrigir as disparidades no acesso à escolaridade obrigatória, dando prioridade às regiões periféricas e às comunidades mais desfavorecidas;
- priorizar a qualidade do ensino básico focalizando os esforços nos processos e resultados da aprendizagem;
- redefinir os objectivos e as estratégias da educação de adultos;
- melhorar e ampliar as actividades de formação e de capacitação dos recursos humanos envolvidos no processo educativo;
- reforçar nos currícula e nas práticas pedagógicas, valores relacionados com a cidadania, a democracia e o ambiente;
- promover atitudes e comportamentos favoráveis à igualdade entre os sexos;
- reforçar os mecanismos de compensação socioeconómica de forma a atingir os alunos social e economicamente carênciados.

3. Linhas de Acção

A operacionalização do PNEPT articula-se à volta das seguintes linhas de acção:

- **O envolvimento de todos** os intervenientes ligados ao processo educativo;
- **A focalização das acções**, tendo como critério que as zonas seleccionadas comportem uma problemática comum que viabilize a acção e possibilite a regularidade da intervenção;
- **A compensação** das disparidades produzidas por factores económicos, sociais e culturais;
- **A legitimidade da participação** dos diferentes actores institucionais e comunitários;
- A definição e concentração de responsabilidades e prioridades de intervenção numa **lógica sequencial e integradora**.

PARTE V

PLANOS DE ACÇÃO

1 – PEQUENA INFÂNCIA

O Plano de Educação para Todos no concernente à Pequena Infância assenta sobre três ideias - chave:

- A integração das actividades de despertar e de desenvolvimento da Pequena Infância como a primeira etapa da educação básica o que tem como consequência mais relevante a sua universalidade, que deverá ser realizada progressivamente através da conjugação dos esforços de todos os sectores da sociedade e da partilha de responsabilidades e custos;
- A integração das valências pedagógicas e sociais dentro do espírito de que as actividades dirigidas à pequena infância constituem, um serviço educativo com uma indispensável componente social;
- A convicção de que as actividades dirigidas à pequena infância constituem um instrumento estimulador da participação das famílias no processo educativo e de igualdade de oportunidades no acesso à escola e de sucesso da aprendizagem.

1.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES

O Plano de Educação para Todos no concernente à Pequena Infância repousa sobre os seguintes princípios directores:

1.1.1 – O Desenvolvimento integrado da criança

O desenvolvimento integrado da criança, implica a coordenação das acções aos níveis institucional e político, traduzida em programas transversais, que fomentam a criação de um clima de cooperação que permite encorajar e apoiar a participação de todos os actores no processo educativo – a família, a comunidade e a criança como o centro de todo o processo.

A concepção das acções educativas da pequena infância como primeira etapa da educação básica arrasta a questão da sua articulação com o 1º nível do ensino básico, facilitando de certa forma a coordenação no seio do sistema educativo,

lançando também as pontes para o acesso a programas estruturados e que atingem o ensino básico.

1.1.2 – A família como actor principal

A educação da pequena infância, constitui a primeira etapa da educação básica sendo complementar da acção educativa da família com a qual deve estabelecer estreita cooperação.

A família, deve ser o principal actor da protecção dos direitos fundamentais das crianças, em particular das mais vulneráveis. Não estando em condições de por si só de satisfazer as necessidades e de encorajar as potencialidades físicas, sociais e intelectuais dos seus membros, como é o caso de um número significativo de famílias cabo-verdianas, é necessário implementar um sistema imbricado no seio do qual as famílias as redes e serviços de acompanhamento possam conjugar os seus esforços na implementação de programas de capacitação que visam conferir conhecimentos e informações sobre as melhores práticas nos planos sanitários, nutricional e educativo e de acções multidimensionais para apoiar/ suprir situações resultantes da falta de recursos para prestar os cuidados necessários às crianças.

1.1.3 - A qualidade

A qualidade como conceito multidimensional, engloba a equidade no acesso, a formação, os currícula, a rede física, os métodos e metodologias, o controlo e a avaliação dos programas.

Para se alcançar a qualidade requerida, terá que se investir na qualificação dos recursos humanos envolvidos na problemática da criança e, na criação de condições que favoreçam o seu bom desempenho

1.1.4 – A descentralização

O reforço do processo de descentralização mostra-se particularmente eficaz, no processo de selecção das regiões e do público - alvo a serem beneficiados, no envolvimento e participação da comunidade, na redução dos custos, na diminuição das assimetrias e no acompanhamento e avaliação das actividades. Os programas devem apoiar-se essencialmente nas práticas culturais e sociais da comunidade, implicando todos os seus membros e mobilizando parcerias, em redes de apoio à causa das crianças

1.1.5. – A oferta de modelos educativos diversificados

Os programas para a pequena infância devem ser flexíveis e ter como ponto de partida o meio sócio - económico e cultural da criança como centro de todo o processo educativo; a gama de opções deve ser alargada, no sentido de atender a necessidades específicas, de promover a equidade no acesso, do aproveitamento máximo de todas as oportunidades existentes, na óptica de complementaridade com outros programas de cariz comunitário e familiar.

1.1.6. – A participação social

A participação social constitui um dos eixos fundamentais da política para a pequena infância, constituindo-se a sociedade civil como uma parceira do Estado, que deverá assumir, cada vez mais, função reguladora, de mediação, de supervisão, de catalização, sem descuidar as enormes responsabilidades na prestação de serviços sociais, que lhe compete, atendendo às condições específicas da situação socioeconómica prevalente. Essa parceria depende em larga escala da implementação de uma estratégia descentralizadora, conferindo aos serviços sociais fundamentais da sociedade, autonomia crescente, possibilitando uma parceria mais efectiva entre sociedade e Estado.

1.2 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

O Plano Nacional de Educação para Todos estabelece como objectivos estratégicos para a pequena infância os seguintes:

1.2.1 – alargar e desenvolver o atendimento:

Concebendo as actividades de despertar e desenvolvimento dirigidas à pequena infância como parte da educação básica, ela devem progressivamente tender para a característica estruturante da educação básica – a universalidade – e as características instrumentais para obter essa universalidade – a oferta generalizada e a acessibilidade. Trata-se de um desiderato a ser progressivamente realizado, através da expansão da rede, da melhoria dos serviços e da diversificação de modelos educativos, tendo em conta os seguintes critérios gerais: i) a integração ou associação das estruturas de atendimento da pequena infância numa zona geográfica com os vários equipamentos colectivos, nomeadamente com estabelecimentos do ensino básico, numa perspectiva de racionalização e articulação da gestão e utilização de recursos; ii) flexibilidade de tipologias de forma a assegurar a adequação à especificidade de cada localidade iii) versatilidade na criação ou na reconversão de instalações de a permitir adaptações à evolução da procura.

A expansão e o desenvolvimento do atendimento constitui um objectivo de elevado alcance educativo e social susceptível de promover a modernização do sistema educativo e o desenvolvimento social, desde que orientado por objectivos de qualidade e pelo princípio de igualdade de oportunidades, priorizando as zonas mais carenciadas.

1.2.2. – promover uma abordagem integrada para a Pequena Infância

Apesar dos esforços consentidos para implicar de forma coordenada todas as estruturas governamentais na causa das crianças, continuam a persistir intervenções dispersas sem a necessária concertação, por ausência de uma concepção holística e integrada da criança, na satisfação das suas necessidades e defesa dos seus direitos, o que tem como consequência resultados desfasados dos

investimentos. Regista – se assim a necessidade de uma intervenção estratégica e integrada nos sectores sociais, visando uma maior coordenação: entre os diferentes programas em matéria de saúde, educação, protecção, e de solidariedade, nutrição, desenvolvimento comunitário e outros; no seio do sector educativo; entre as organizações governamentais, a família e as diversas organizações da sociedade civil.

1.2.3.– Implementar um quadro de formação e aperfeiçoamento de agentes educativos

A expansão das actividades de despertar e desenvolvimento da pequena infância, não pode deixar de ir a par com a valorização da profissão e a dignificação do papel dos educadores. Esse esforço constitui condição essencial para que, por um lado, seja substancialmente melhorada a qualidade dos recursos humanos ao serviço da pequena infância e, por outro, se criem condições para a mobilização das energias criativas dos agentes educativos para as mudanças que pequena infância exige.

As condições específicas de funcionamento das estruturas de atendimento para a pequena infância, justificam a criação e implementação de um quadro de formação e aperfeiçoamento de agentes educativos, suficientemente amplo e flexível de forma a cobrir as necessidades das regiões e das famílias mais desfavorecidas, englobando as duas vertentes das actividades dirigidas às crianças, isto é, a educação como serviço social básico e a educação como serviço educativo básico.

1.2.4. – Reforçar a capacidade das famílias mais desfavorecidas

Constituindo a família a primeira instancia educativa do indivíduo, onde este desperta para a vida como pessoa, onde interioriza valores, atitudes e papéis e onde se desenvolve, de forma espontânea, o processo fundamental da transmissão de conhecimentos, de costumes e de tradições, pretende-se, tendo em consideração a situação de um grande número de famílias, desenvolver um programa integrado de reforço das suas capacidades de forma a abranger as seguintes vertentes: i) actividades de formação e de informação de forma a que a família possa cabalmente acompanhar e participar mais activamente na vida do seu filho; ii) programas multidimensionais de carácter eminentemente social que ajudam a família a responder às necessidades familiares; iii) desenvolvimento de acções tendentes a promover a participação da família na estrutura de atendimento da pequena infância.

1.3 - MEDIDAS DE POLÍTICA

1.3.1 - Definição do enquadramento legal e institucional das actividades de despertar e desenvolvimento da pequena infância consagrando esse nível educativo como a primeira etapa da educação básica, definindo o papel participativo das famílias, o papel estratégico do Estado, das autarquias e da iniciativa particular e social.

1.3.2 - Definição de critérios pedagógicos e técnicos para o alargamento da rede de atendimento das estruturas para a pequena infância, na óptica da criação de uma rede nacional integrando a rede pública e privada , garantindo que ela tenha fins educativos, sociais e de apoio às famílias;

1.3.3 - Definição pelo Estado das orientações gerais, das actividades de despertar e desenvolvimento da pequena infância como **educação básica** - objectivos e linhas de orientação curricular; requisitos em termos de habilitação do pessoal, sistema de formação profissional, normas de avaliação - e das normas reguladoras das actividades da pequena infância na vertente **serviço social básico**;

1.3.4. Estabelecimento de um pacto educativo com os vários sectores da sociedade visando, por um lado, a mobilização dos diferentes parceiros sociais para a problemática da pequena infância, e por outro, para a busca de soluções contratuais.

1.4 PLANO DE ACÇÃO PARA A PEQUENA INFÂNCIA

Componente 1: Alargar e desenvolver o atendimento

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos (contos)
Acção 1 Construção e equipamento de estruturas de acolhimento da Pequena Infância [0-3] anos	Alargar e melhorar a qualidade do atendimento para a Pequena Infância	Adequação das acções e forte envolvimento dos municípios;	Seleccção das zonas de implantação dos equipamentos e do público alvo;	20% das crianças c/ 0-3 anos, em estruturas de acolhimento.	2003-2010	300.000
Concertação com o PNLN;		Melhoria das estruturas familiares;	150 creches 50 centros comunitários 500 amas			
Acção 2 Reabilitação e equipamento de Jardins de Infância		Adopção de modelos inovadores, de raiz comunitária, de baixo custo;	Apoio à construção de novos JI em zonas carênciadas;	80 JI reabilitados e equipados (20%).	2003-2006	53.000 13.000
Acção 3 Construção e equipamento de novos Jardins de Infância. [4-5] anos	Desenvolvimento de parcerias aos níveis central e local ;	Aproveitamento de estruturas do pré-escolar e do ensino básico;	80% das crianças c/ 4-5 anos em JI. Construção e Equipamento de 65 JI.	2003-2010	260.000 26.000	
	Mobilização social, no sentido de se criar um ambiente participativo a favor da pequena infância	Aquisição e produção de equipamentos e de material lúdico e didáctico;				
	Incentivo às organizações e empresas para a criação de creches e JI.	Adequação das estruturas e do equipamento às necessidades educativas especiais;				
Subtotal						652.000

Componente 2: Promover uma abordagem integrada para a pequena infância

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos
<p>Acção 4</p> <p>Criação e implementação de uma estrutura de coordenação interinstitucional e intersectorial</p>	Promover o desenvolvimento integral da criança	<p>Enquadramento político e legal da cooperação intersectorial;</p> <p>Desenvolvimento de parcerias aos níveis central e local;</p>	<p>Definição do enquadramento legal;</p> <p>Construção /reabilitação/ adaptação de estruturas existentes;</p> <p>Seleção e recrutamento de pessoal;</p> <p>Estabelecimento de pontos focais ao nível dos municípios;</p> <p>Programação das actividades.</p>	<p>Instituto da Criança em funcionamento</p> <p>- Consultoria, - Construção, - Equipamento</p>	2003-2006	12.000
<p>Acção 5</p> <p>Implementação dos resultados da Mesa Redonda sobre a Pequena Infância</p>	Familiarizar os intervenientes com a utilização da metodologia de abordagem integrada da pequena infância	<p>Realização de seminários ao nível regional;</p> <p>Realização de experiências piloto;</p> <p>Envolvimento das estruturas descentralizadas aos níveis conceptual, de acompanhamento e avaliação;</p> <p>Envolvimento das famílias e da comunidade</p>	<p>Elaboração de programas completos integrando o fornecimento de serviços básicos, cuidados de saúde e programas de despertar;</p> <p>Formação de agentes educativos na utilização da nova metodologia;</p> <p>Aplicação da metodologia a situações concretas;</p> <p>Implementação de mecanismos sistemáticos de acompanhamento e de avaliação.</p>	<p>Agentes educativos, aplicando a abordagem integrada da pequena infância</p> <p>3 ateliers e experiências piloto</p>	2003-2010	600
Subtotal						12.600

Componente 3: Formação de agentes educativos

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos
Acção 6 Estatuto e Carreira Profissional dos Educadores	Capacitar os educadores para agir ao nível do desenvolvimento integral da criança; Apoiar as famílias nos cuidados a prestar às crianças; Apoiar a gestão das creches, centros comunitários e jardins de infância	Estabelecimento de parcerias com o Instituto Pedagógico;	Elaboração e regulamentação do estatuto e da carreira profissional dos trabalhadores do sector;	Estatuto e Carreira Profissional elaborados e implementados	2003	1.700
Acção 7 Formação dos agentes educativos		Colaboração entre as diversas estruturas que operam neste sector;	Criação e implementação de um sistema articulado de formação e aperfeiçoamento de quadros;	200 Monitores formados 1000 Monitores capacitados 100 Agentes de animação comunitária	2003-2010	88.000
Acção 8 Formação dos Coordenadores		Adopção de modelos de formação inovadores, com recurso ao ensino a distância;	Formação dos coordenadores das equipas pedagógicas;	60 Supervisores	2003-2004	1.300
Acção 9 Elaboração de Manuais		Mobilização social, no sentido de se criar um ambiente participativo a favor da pequena infância;	Elaboração e divulgação de um manual de referência.	Manual divulgado (2.000)	2004	1.000
Subtotal						92.000

Componente 4: Reforçar a capacidade das famílias mais desfavorecidas

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos
Acção 10 Apoio às famílias mais desfavorecidas	Promover a prática de comportamentos imperativos em matéria de cuidados às crianças em todas as vertentes	Coordenação aos níveis institucional, político e de programas;	Elaboração de normas e regulamentos.	Regulamentação das disposições legais de apoio à família.	2003	1.100
Acção 11 Actividades de formação para as famílias		Dinamização de parcerias; Reforço da descentralização; Mobilização social;	Realização de acções no seio dos serviços existentes: Saúde, programas de alfabetização, serviços comunitários, programas destinados às famílias,	Famílias mais capacitadas para prestar os cuidados necessários às crianças. - Identificação de necessidades.	2003-2005	1.800
Acção 12 Sessões de sensibilização		Implementação de programas transversais, em concertação com o PNLP, com os programas de alfabetização e outros;	Sessões de sensibilização com recurso à utilização dos meios de comunicação social;	50 Sessões de sensibilização de realizadas	2003-2004	500
Subtotal						3.400
Total Parcial						760.000

2 - ENSINO BÁSICO

Em Cabo Verde tem sido prática dos sucessivos governos pós independência, a definição dos objectivos estratégicos em matéria do ensino básico tendo como referência, as Agendas de Educação para Todos de Jomtiem, em 1990, e de Dakar, em 2000, que colocam no centro das atenções estratégias a melhoria do acesso e da qualidade das aprendizagens escolares, respeitando os princípios da equidade e de género.⁷

As duas Agendas têm elementos de continuidade e de convergência, sendo que, no caso de Cabo Verde, as orientações estratégicas prendem-se mais com a qualidade das aprendizagens escolares, com o acesso ao ensino básico de crianças com necessidades educativas especiais e a permanência de crianças, oriundas das famílias mais desfavorecidas, no sistema escolar.

O Estado de Cabo Verde tem atribuído à qualidade o papel central no processo de modernização do sistema educativo. O conceito de qualidade engloba vectores, tais como:

- a **relevância das aprendizagens** para a vida actual e futura do educando e da sociedade onde se inserem ;
- a **eficácia** ou capacidade do sistema em fazer com que a totalidade dos alunos frequentem um nível de escolaridade no tempo previsto para tal;
- a **equidade**, que implica tratamento diferenciado para situações desiguais e, seguramente, mais apoio para aqueles que mais necessitam;
- a **eficiência** ou a capacidade do sistema , em comparação com outros, atingir resultados superiores, com os mesmos ou menores recursos.⁸

Os estudos internacionais sobre a qualidade das aprendizagens escolares apontam as escolas eficazes como factores essenciais para a construção de uma educação de qualidade. De acordo com (Stoll y Wikeley, 1998), "a escola é eficaz se promove o progresso de todos e de cada um dos seus alunos, para além do que seria esperado, considerando o seu rendimento inicial e o seu percurso escolar. A escola deverá contribuir para que cada aluno possa atingir o maior nível possível e melhorar todos os aspectos relacionados com o rendimento e o desenvolvimento dos alunos".⁹

⁷ C.f, Rapport de Suivi sur l'éducation pour tous. Unesco, octobre de 2001, p.7

⁸ C.f; Programa de Governo para a Legislatura 2001-05.

⁹ PROMEF. Pesquisa Qualitativa. In: Lições Aprendidas, p.155.

O pressuposto teórico inerente a este conceito, revela implicações teóricas e metodológicas de grande alcance para a definição das modalidades de intervenção nas escolas. Com efeito, a eficácia da escola é eficaz quando demonstra capacidade para gerir e proporcionar uma melhoria das aprendizagens de forma mais individualizada. Assim, cada escola constitui sempre uma realidade educativa singular cuja particularidade é dada pela heterogeneidade dos seus actores.

2.1 Princípios Orientadores do Plano de Acção

Neste sentido, a operacionalização do Plano de Acção tem em linha de conta os seguintes princípios orientadores:

1. **A Escola como Centro de Mudança das Práticas Educativas:** As escolas são os lugares onde todos os elementos do sistema educativo se encontram para interagir determinando a qualidade do processo de aprendizagem. É ao nível da escola que se podem seguir correctamente os principais problemas que afectam a qualidade (absenteísmo dos alunos e dos professores, má utilização dos recursos humanos e materiais, práticas pedagógicas deficientes, etc.). Por este motivo, a escola deve ser o primeiro alvo dos esforços visando a melhoria da qualidade do ensino ;
2. **Da Integração das Acções:** os resultados escolares não dependem de um único factor. Não são um ou muitos elementos separados que explicam as diferenças entre as escolas, mas a interacção específica de recursos materiais, humanos e organizacionais, implicadas no processo pedagógico. Assim, é necessário uma abordagem integrada que tome em conta a estreita interdependência entre os diversos factores;
3. **Da Pertinência dos Factores Ligados ao Processo Educativo:** para explicar as diferenças de qualidade entre as escolas, verifica-se que em geral, as variáveis relacionadas com os processos (ligadas à organização e suas práticas) são mais importantes que as variáveis relacionadas com os recursos (materiais e humanos). Os programas tradicionais de melhoria da qualidade que se concentraram, sobretudo, na injeção maciça de recursos em infra-estruturas e equipamentos, bem como, na formação de professores, não tem tido o impacto desejado;
4. **Da Autonomia e da Qualidade das Relações na Escola e com a Comunidade:** o comportamento do director e dos professores, a natureza das suas relações com os alunos e colegas, constituem o cerne da escola de boa qualidade. As políticas de melhoria da qualidade devem colocar o acento tónico sobre o factor humano. Os directores podem criar um ambiente escolar

favorável à construção de consensos para elaboração de projectos de escola de forma partilhada;¹⁰

5. Da Natureza do Ensino e do Conhecimento que se Produz na Escola.

As recentes revoluções que se operaram no campo científico-técnico, nomeadamente no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação, evidenciam a limitação de uma aprendizagem baseada exclusivamente na exposição de conteúdos. A aprendizagem é tanto mais significativa quanto maior for a implicação do formando no processo de apropriação do conhecimento, atitudes e valores. As práticas educativas que propiciam às crianças as competências necessárias para aprender a aprender, preparam-nas melhor para a adaptação às mutações rápidas da vida social contemporânea.

2.2 Objectivos Estratégicos para o período 2003-2010

Nesta perspectiva, os objectivos estratégicos do Plano de Acção são os seguintes:

- Consolidar e desenvolver a educação de base;
- Melhorar da qualidade do ensino básico integrado;
- Reforçar a equidade e combater as disparidades regionais;
- Reforçar as parcerias com as organizações sociais;

A concretização dos objectivos estratégicos acima referenciados requer a adopção de um conjunto integrado de medidas de política a longo prazo, conducentes à consolidação e democratização da qualidade da educação de base, condição sine qua non para se oferecer aos cabo-verdianos maiores oportunidades de desenvolvimento pessoal e de integração social.

2.3 Medidas de Política para o Período 2003-2010

- Actualização e renovação dos programas e manuais escolares das áreas curriculares do EBI ;
- Melhoria da eficácia interna do sistema de ensino mediante a redução as taxas de repetência e abandono escolar;
- Reforço nos currículos e nas práticas pedagógicas dos professores do EBI, dos valores relacionados com a cidadania, a democracia, o ambiente, a paz e a justiça social;

¹⁰ C.f; CARRON, Gabriel e CHAU Ta Hgoc. 1998. La Qualité de L'école Primaire dans les Contextes de Développement Différents. Paris: Edition UNESCO.

- Promoção e difusão nas escolas da cultura e da arte cabo-verdiana;
- Fomento da pesquisa - acção para o desenvolvimento do bilinguismo e consolidação do ensino do português adequado ao contexto sociolinguístico nacional;
- Reforço das bibliotecas escolares através do fornecimento dos Kits pedagógicos;
- Reforço dos programas de formação e de capacitação de professores;
- Reforço da formação contínua de professores em matéria de necessidades educativas especiais;
- Reforço das equipas concelhias de apoio aos alunos deficientes com dificuldades de aprendizagem;
- Integração de actividades formativas da educação de adultos tendo em vista a melhoria da participação dos pais nas actividades da escola;
- Integração nos programas de formação inicial e contínua dos professores do ensino básico de temáticas ligadas à educação de adultos;
- Implementação de novos modelos de gestão e de coordenação pedagógica adequados ao funcionamento das escolas;
- Implementação de mecanismos de articulação entre os animadores pedagógicos concelhios com a equipa pedagógica concelhia por forma a integrar as acções de sensibilização para a comunidade;
- Implementação de Centros Integrados de Recursos e Competências para apoio à inovação de metodologias de formação de quadros e professores;
- Implementação de um plano de construção e manutenção preventiva das escolas;
- Adaptação de algumas escolas existentes e das novas escolas às crianças com necessidades educativas especiais;

2.6. Acção Social Escolar

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos (contos)
Acção 20 Consolidação do programa das Cantinas Escolares	Fornecer a todas as crianças uma refeição quente Melhorar a qualidade do stock dos géneros alimentícios	Mobilização dos parceiros nacionais e internacionais Construção e reparação dos armazéns e das cozinhas.	Identificação das escolas localizadas em zonas de maior carência social Trabalhos de reparação. Formação das cozinheiras	100% das crianças recebem uma refeição quente na escola	2003 -2010	192.100
Acção 21 Transporte de Água e de Géneros Alimentícios	Melhorar o transporte de água e de géneros alimentícios às escolas	Mobilização dos parceiros nacionais e internacionais	Aquisição de viaturas para o transporte dos géneros alimentícios	100% dos géneros transportados de forma atempada às cantinas e armazéns	2003-2010	16.100
Acção 22 Fornecimento de materiais escolares	Melhorar as condições de aprendizagem das crianças mais desfavorecidas.	Identificação das crianças mais desfavorecidas	Dotar as crianças desfavorecidas de materiais didácticos	95% das crianças carênciadas recebem materiais escolares	2003-2010	100.000
Acção 23 Desenvolvimento da educação para a saúde	Sensibilizar os docentes e as famílias para os problemas da saúde escolar. Incutir nas crianças comportamentos conducentes à melhoria da higiene e da saúde	Desenvolvimento de parcerias com os Serviços Centrais do Min. da Saúde, delegacias de saúde e ONGs. Sensibilização dos professores e das escolas para estabelecimento de contactos c/ os Serviços de Saúde.	Sensibilização da comunidade e dos pais; Introdução de conteúdos de educação sexual e luta contra a SIDA;	100% dos Gestores, Coordenadores e Professores formados em saúde escolar.	2003 -2006	12.000
			Formação de docentes e coordenadores; Divulgação do Manual de Saúde Escolar;	100% das crianças do EBI desenvolvem comportamentos básicos em matéria da saúde/nutrição;	2005-2010	80.000
Sub-Total						400.200

2.7. Alargamento e Melhoria do Atendimento a Crianças com Necessidades Educativas Especiais

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos (contos)
Acção 24 Adaptação das escolas aos requisitos das crianças com necessidades educativas especiais	Adequar as condições físicas das escolas do ensino básico às crianças com necessidades educativas especiais.	Desenvolvimento de parcerias com as autarquias e com associações de defesa dos direitos das crianças deficientes; Sensibilização dos Gestores Escolares.	Adaptar as condições de acesso e de permanência dos alunos. Sensibilização das famílias e das autarquias locais; Mobilização de parcerias externas.	40% das escolas do Ensino Básico oferecem condições de acolhimento às crianças com necessidades educativas especiais.	2003 - 2005	16.800
Acção 25 Formação de Agentes Educativos nas valências de Educação Especial	Melhorar o Atendimento às crianças com necessidades educativas especiais.	Introdução nos currícula dos cursos de formação inicial e em exercício, de temáticas ligadas ao Ensino Especial; Mobilização de parcerias internas e externas.	Sensibilização das organizações públicas e privadas; Especialização de professores em Ensino Especial.	60% dos Agentes Educativos recebem capacitação em matéria de Ensino Especial.	2003 – 2005	11.000
Sub-Total						27.800

Componente 3: Desenvolvimento de Parcerias com as Organizações Sociais

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos (contos)
Acção 265 Promoção de parcerias entre a Escola e a Sociedade	Melhorar a participação das organizações da sociedade civil no desenvolvimento da escola.	Mobilização dos parceiros sociais; Sensibilização das autarquias e associações de pais; Adopção de critérios para dos apoios financeiros.	Identificação dos principais parceiros sociais; Estabelecimento de parcerias.	50% das organizações sociais participam nas instâncias e projectos da Escola.	2003 - 2010	12.000
Sub-Total						12.000
Total Parcial						1.663.900

3. - ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

3.1 Linhas gerais para desenvolvimento da Alfabetização e Educação de Adultos

3.1.1 *Reforço de estruturas e apoios educativos:*

- i) dinamizar os Serviços Centrais e Regionais de Alfabetização e Educação de Adultos;
- ii) redefinir estratégias para a Educação de Adultos;
- iii) aumentar a influência dos círculos de alfabetização com o reforço e dinamização das equipas pedagógicas;
- iv) mobilizar os parceiros sociais para o desenvolvimento da Educação de Adultos;

3.1.2 *Consolidação e reforço das Estratégias de Alfabetização e Educação de Adultos:*

- i) reforçar e priorizar as acções de alfabetização para as mulheres e para o grupo etário dos 15 aos 49 anos;
- ii) alargar a 2ª e a 3ª fase do ensino básico para adultos;
- iii) implementar novos programas de alfabetização e educação de adultos com a utilização de modalidades inovadoras de ensino interligadas com a formação profissional;

3.1.3 *Reformulação das políticas de enquadramento e de formação de quadros:*

- i) regulamentar e implementar a Carreira Profissional dos Agentes Educativos de Alfabetização e Educação de Adultos;
- ii) promover a formação contínua dos agentes da educação básica de adultos.

3.2 Princípios orientadores

O Plano Nacional de Educação para Todos para o subsistema de alfabetização e educação de adultos orienta-se pelos princípios expressos no Plano Curricular da Educação Básica de Adultos, nomeadamente, a participação, a flexibilidade, a integração, a comunicação horizontal e vertical e o desenvolvimento comunitário e articula-se com os princípios orientadores do ensino básico formal.

De acordo com as "Perspectivas Demográficas de Cabo Verde no horizonte 2020", a população da faixa etária dos 15 aos 49 anos vai passar de 201577 em 2000 para 275047 em 2010. De acordo com o censo de 2000, a taxa de analfabetismo nesta faixa etária é de 14,6%. Como estratégia, no âmbito do PN-EPT, preconiza-se a redução para 5%, no horizonte 2010, da taxa do analfabetismo para a faixa etária dos 15 aos 49 anos.

Este esforço representará em termos absolutos, um total de 15.748 pessoas a alfabetizar, com uma média anual de 1969 formandos enquadrados por cerca de 280 animadores.

A redução da taxa do analfabetismo, na faixa dos 15 aos 49 anos, de 15% em 2000 para 5% no horizonte 2010, permite a diminuição da taxa de analfabetismo na faixa etária dos 15 e mais anos de 25% em 2000 para 15% em 2010. Esta tendência permitirá ainda o aumento da taxa global de alfabetização de adultos para cerca de 90% até 2015, meta considerada pela UNESCO como desejável de atingir no âmbito do Plano de Educação para Todos.

Previsão das Actividades de Alfabetização até 2010

Concelhos	<i>Situação em 2000</i>			<i>Situação em 2010</i>			<i>Previsão Alfabetizados (2003-2010)</i>		
	Populaç (15-49)	Pop.Analf (15-49)	Taxa Analf.	Populaç. (15-49)	P.Analf (15-49)	Taxa Analf.	Total a formar	Formand. /ano	Número de Animadores
R. ^a Grande	10015	1460	14,6%	11552	578	5,0%	882	110	16
Paul	3889	916	23,6%	4676	234	5,0%	682	85	12
Porto Novo	7973	1655	20,8%	9902	495	5,0%	1160	145	21
S. Vicente	31150	3803	12,2%	43182	2159	5,0%	1644	206	29
S. Nicolau	6336	753	11,9%	6738	337	5,0%	416	52	7
Sal	6872	717	10,4%	11002	550	5,0%	167	21	3
Boa Vista	1952	142	7,3%	3300	165	5,0%	0	0	0
Maio	3132	354	11,3%	4401	220	5,0%	134	17	2
Praia	49324	6333	12,8%	74950	3748	5,0%	2585	323	46
S. Domingos	6178	746	12,1%	7564	378	5,0%	368	46	7
Sta. Cruz	15312	2536	16,6%	20904	1045	5,0%	1491	186	27
Sta. Catarina	23201	4071	17,5%	31630	1582	5,0%	2489	311	44
S. Miguel	7480	1382	18,5%	9352	468	5,0%	914	114	16
Tarfal	8252	1451	17,6%	12652	633	5,0%	818	102	15
S. Filipe	12964	1884	14,5%	14853	743	5,0%	1141	143	20
Mosteiros	4392	798	18,2%	5226	261	5,0%	537	67	10
Brava	3155	501	15,9%	3163	158	5,0%	343	43	6
Total País	201577	29502	14,6%	275047	13754	5,0%	15748	1969	281

Os esforços de redução da taxa de analfabetismo deverão variar de Concelho para Concelho. Por exemplo, para as ilhas de Sal e Maio, o esforço será mínimo e para Boa Vista será nulo. Donde a necessidade de elaboração de planos operacionais por Concelho.

3.3 Objectivos Estratégicos para o ano 2000-2010

O Plano Nacional de Educação para Todos fixa como objectivos estratégicos os seguintes :

- Reduzir a taxa de analfabetismo para **5%** na faixa dos 15 aos 49 anos e para **15%** na faixa dos 15 e mais anos ;
- Melhorar a qualidade e funcionalidade da alfabetização e educação de adultos ;
- Alargar o âmbito da educação básica para adultos em estreita ligação com a formação profissional, o ensino recorrente e educação a distância;
- Regulamentar a carreira do animador de educação de adultos e a sua integração no Estatuto do Pessoal Docente.

3.4 Medidas de política para o período 2003-2010

- Consolidar a implementação das estratégias e redefinir as metas da alfabetização e educação básica de adultos ;
- Promover uma maior assunção da problemática da alfabetização por parte do poder político e uma maior articulação entre o subsistema escolar e extra-escolar ;
- Reforçar a cobertura dos círculos de cultura na 1ª fase de alfabetização e educação de adultos e consolidar a 2ª e 3ª fases, priorizando a faixa etária dos 15 aos 49 anos com especial incidência no sexo feminino ;
- Alargar a abordagem educativa Pedagogia do Texto e adoptar outras abordagens que permitem melhorar a qualidade e funcionalidade da alfabetização e educação de base de adultos ;
- Promover a formação contínua de animadores através do ensino a distância e regulamentar a carreira do animador em educação de adultos ;
- Articular com as ONGs, Associações Cívicas, Câmaras Municipais, Igrejas e outros parceiros as acções de alfabetização com acções de desenvolvimento social e comunitário ;
- Estabelecer planos de eliminação progressivo do analfabetismo nas localidades mais afectadas pelo analfabetismo ;

- Integrar os Centros Concelhios de Alfabetização e Educação de Adultos nas estruturas das delegações do Ministério da Educação, com autonomia funcional ;
- Possibilitar a criação de incentivos para os alfabetizandos, nomeadamente, redução de horário de trabalho, distribuição de tarefas, reformulação de funções.

3.5 Plano de Acção para a Alfabetização e Educação de Adultos

Componente 1 : Informação, sensibilização e mobilização social

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos (contos)
Acção 1 Informação, sensibilização e mobilização da população.	Aumentar a cobertura dos círculos de cultura tendo em conta as disparidades sociais e geográficas.	Promoção de campanhas permanentes de sensibilização e mobilização da luta contra o analfabetismo utilizando os media;	Elaboração de programas radiofónicos e televisivos.	Programas radiofónicos e televisivos elaborados e difundidos.	2003-2010	8 000
Acção 2 Identificação e mobilização da população analfabeta.		Enfoque das acções de alfabetização nos concelhos e freguesias que apresentarem maiores disparidades sociais e geográficas ;	Identificação e levantamento da população analfabeta por Concelho e localidades de acordo com o censo 2000 e as perspectivas demográficas para o horizonte 2020.	População analfabeta identificada por localidade.	2003-2004 e 2008-2009	1 000 1 200
Acção 3 Planificação e avaliação das acções de alfabetização e educação de adultos.		Articulação com as ONGs, Associações Cívicas, Câmaras Municipais, Igrejas e outros.	Promoção de encontros periódicos com os parceiros sociais.	Encontros anuais de planificação e avaliação com os parceiros realizados.	2003-2010	8 000
Subtotal						18 200

Componente 2 : Recrutamento e formação de agentes educativos

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos (contos)
Acção 4 Recrutamento, selecção e formação de animadores e formadores	Melhorar a capacidade de desempenho dos animadores e formadores; Capacitar os agentes da alfabetização e educação de adultos; Aumentar a capacidade de cobertura das actividades de alfabetização e educação de adultos.	Elaboração de modalidades inovadoras de formação, com recurso ao ensino a distância;	Definição de critérios e recrutamento de animadores;	100 animadores recrutados;	2003/2004	7 200
			Formação inicial e contínua de animadores.	100 % dos Animadores com formação pedagógica.	2003-2010	
		Estabelecimento de parceria com o Instituto Pedagógico.	Organização e realização da 2ª fase do curso de formação em exercício.	100% dos Animadores com 1ª fase e com requisitos recebem complemento de formação.	2003-2005	30 000
			Formação de formadores de animadores.	Formadores actualizados	2003-2010	5 000
Subtotal						42 200

Componente 3 : Recursos pedagógicos

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos (contos)
Acção 5 Actualização dos materiais de suporte	Assegurar a pertinência e a qualidade das aprendizagens dos jovens e adultos	Mobilização da capacidade nacional para elaboração, revisão e actualização dos materiais didácticos	Produção de suportes televisivos;	Suportes audiovisuais elaborados.	2004-2005	10 000
			Produção de programas de formação a distância.			
			Produção de brochuras e desdobráveis.	Brochuras e desdobráveis distribuídos.	2003-2010	2 000
			Actualização de programas, manuais e guias de orientação metodológica.	Programas, manuais e guias actualizados.	2005-2006	70 000
			Produção do Jornal ALFA	Jornal editado e distribuído.	2003-2006	58 600
Subtotal						140 600

Componente 4 : Mobiliário e equipamento educativo

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos (contos)
Acção 6 Reabilitação e equipamento de estruturas de acolhimento	Alargar a capacidade de cobertura das actividades de alfabetização e educação de adultos.	Mobilização social no sentido de se criar um ambiente participativo a favor do aumento das estruturas de acolhimento; Desenvolvimento de parcerias a nível central e local.	Levantamento do mobiliário e do equipamento existente. Apetrechamento dos círculos de cultura com mobiliário e equipamento básico.	100 Círculos de Cultura apetrechados com equipamento básico.	2003-2010	8 200
Subtotal						8 200

Componente 5 : Alfabetização, Animação e Formação Profissional de Base

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos (contos)
Acção 7 Actividades de alfabetização	Reduzir a taxa de analfabetismo com incidência na faixa dos 15 aos 49 anos.	Desenvolvimento de acções de acordo com os manuais e guias.	Animação pedagógica dos círculos de cultura.	2000 pessoas alfabetizadas por ano.	2003-2010	320 000
Acção 8 Formação profissional de base e actividades geradoras de rendimento	Melhorar a pertinência da educação de base de adultos	Promover maior articulação entre a formação académica, a formação profissional de base e as actividades geradoras de rendimento.	Elaboração de planos de formação profissional de base em articulação com diversos parceiros.	1500 formandos por ano nas FPB e AGR	2003-2010	264 000
Acção 9 Animação comunitária	Dinamizar as actividades de alfabetização e educação de adultos.	Realizar intervenções focalizadas por localidade e grupos alvo.	Elaboração de planos de animação comunitária.	Alfabetizando envolvidos. Localidades e grupos específicos abrangidos.	2003-2010	60 000
Acção 10 Animação para a leitura	Estimular o hábito e o gosto pela leitura.	Reforço e expansão das bibliotecas móveis.	Aquisição de livros para o fundo bibliográfico; Manutenção dos Bibliobus.	Bibliotecas móveis reforçadas e alargadas; Frota mantida	2003-2010	8 000 19 000
Subtotal						671 000

Componente 6 : Acompanhamento e avaliação

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Resultados Esperados	Período	Custos (contos)
Ação 11 Acompanha- mento pedagógico e avaliação	Garantir a qualidade e a eficácia das actividades de alfabetização e educação de adultos	Implementação do sistema de acompanhament o e de avaliação	Realização de visitas de supervisão e acompanhamen to pedagógico	Sistema de acompanha- mento e avaliação implementado	2003-2010	5 800
			Elaboração e implementação de instrumentos de avaliação	Instrumentos de avaliação elaborados e distribuídos		2 000
Subtotal						7.800
Total Parcial						888.000

4. - Orçamento Global Por Subsistema

SUBSISTEMA	Montante 10 ³ ECV	Percentagem
Pequena Infância	760.000 c.	23,0
Ensino Básico	1.663.900 c.	50,2
Educação de Adultos	888. 000 c.	26,8
Total	3.311.900 c.	100%

BIBLOGRAFIA

Almedom, Astier M. e al. (1997). *Procedimientos para la Evaluación de la Higiene*.

Assembleia Nacional (2000). *Constituição da República -1º Revisão ordinária 1999*;

Cabo Verde. Ministério da Educação. 1998. Avaliação do Rendimento Escolar no Primeiro Ano de Generalização da Reforma Curricular do Ensino Básico Integrado. Tomo II.

Cabo Verde. Ministério das Finanças. 2002. As Grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica.

Cap Vert/UNICEF (2000). *Initiative pour l'Education des Filles en Afrique 2001-2004*.

Cadre d'action de Dakar - Forum mondial sur l'éducation (Dakar, Abril 2000);

CARVALHO, Adriana.1998. Ensino Básico Integrado. Caderno 2 do Instituto Pedagógico de Cabo Verde.

Convenção sobre os Direitos da Criança;

Documentos sobre a reforma do Sistema de Ensino;

Estudos preparatórios do Plano Estratégico de Educação e Formação Profissional;

Uma visão holística da criança – E. Pressoir/BRAOC (Apresentação da delegada do Unicef na Mesa Redonda sobre a Pequena Infância – Novembro 2000);

Governo de Cabo Verde (2001). *Programa do Governo 2001-2005*.
Direcção Geral do Plano (2002). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005, versão provisória*.

Direcção Geral do Plano (2001). *As Grandes Opções do Plano*.
Direcção Geral do Plano (2001). *Interim Poverty Reduction Strategy Program*.

Plan d'Education pour Tous - Algérie

Plano de Educação para Todos de Angola;

Aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (+ Adenda).

Le carnet du coordonateur N° 2/2000 UNESCO;

Le carnet du coordonateur N° 3/2001 UNESCO;

Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n° 103/II/90 de 29 de Dezembro);

Governo de Cabo Verde/UNICEF (1999). *Análise da situação: criança*
Ministério da Justiça e Administração Interna (1998). *Relatório inicial*

IPE. 2002. Les Questions de Stratégies dans le Développement de l'Éducation pour Tous. 4 Modules.

INE. 2002. Recenseamento Geral da População. Estatísticas sobre a Educação.

INE (1999). *Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva 1998, Relatório final.*

Ministério da Educação. PROMEF. 2002. Evolução do Sistema Educativo. Passado, Presente e Futuro. III

Ministério da Educação (2000). *Estatísticas do pré-escolar;*

Ministério do Emprego, Formação e Integração Social (2000). *Relatório nacional sobre o seguimento da Cimeira Mundial para a criança.*

Mulher em Cabo Verde, revisão Agosto 2002. Relatórios de actividades do ICM 2000 e 2001;

UNICEF (2001). *Mesa redonda sobre a pequena infância, documento síntese.*

UNICEF (2001). *Plan Stratégique à Moyen Terme pour la Période 2002-2005*

UNESCO - Le droit à l'éducation - Rapport mondial sur l'éducation 2000 ;

UNESCO - Préparation des plans d'action nationaux - Principes directeurs;

UNESCO. 2000. Forum Mondial sur l'Éducation pour Tous. Rapport Final

UNESCO. 2001. Rapport de suivi sue l'Éducation pour Tous